

TRIBUNAL DE FALÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS
DISTRITO DE MASSACHUSETTS
DIVISÃO CENTRAL

In Re:)	Concordata (“Capítulo 11”)
)	
)	
TELEXFREE, LLC,)	Caso N° 14-40987-MSH
TELEXFREE, INC.,)	Caso N° 14-40988-MSH
TELEXFREE FINANCIAL, INC.,)	Caso N° 14-40989-MSH
)	
Devedoras.)	Administração conjunta
)	

PETIÇÃO DO ADMINISTRADOR DE CONCORDATA SOLICITANDO A DETERMINAÇÃO DE UMA DATA-LIMITE PARA ENCAMINHAMENTO DE COMPROVANTES DE DEMANDA, APROVAÇÃO PARA UM MODELO DE FORMULÁRIO, DETERMINAÇÃO DE QUE AS DEMANDAS DEVEM SER ENCAMINHADAS ELETRONICAMENTE E APROVAÇÃO DO TEOR DOS COMPROVANTES ELETRÔNICOS DE DEMANDA

Ao MM. Juiz Melvin S. Hoffman, Presidente do Tribunal de Falências dos Estados

Unidos:

Stephen B. Darr, administrador de concordata (“Administrador”) devidamente constituído conforme o Capítulo 11 para as massas falidas da TelexFree, LLC, TelexFree, Inc. e TelexFree Financial, Inc. (coletivamente, “Devedores” ou “TelexFree”), vem pela presente solicitar que se inclua nos autos uma ordem determinando uma data-limite para envio de comprovantes de demanda previstos na Regra 3003(c)(3) das Regras Federais para Processos Falimentares (“Federal Rules of Bankruptcy Procedure”) detalhando a forma e o modo de fornecer as notificações relacionadas às demandas, solicitando que todas as demandas sejam enviadas eletronicamente e aprovando o teor dos comprovantes eletrônicos de demanda a serem preenchidos pelos demandantes para encaminhamento de demandas em tais casos.

Visando a fundamentar esta petição (“Petição”), o Administrador declara o quanto segue:

INTRODUÇÃO

Conforme definido na *Petição do Administrador de Concordata (Capítulo 11)* *Solicitando Afirmação Judicial de que os Devedores Praticaram um Esquema Ponzi e de Pirâmide e Compensações Relacionadas* (“Petição de Esquema Ponzi”), os Devedores supostamente operaram uma empresa de marketing multinível que desenvolvia a atividade de venda de serviços de voz sobre internet (“Pacotes VoIP”), mas as operações dos Devedores



constituíram na verdade um enorme esquema Ponzi e de pirâmide que, talvez, tenha atraído mais Participantes (conforme definidos posteriormente) que qualquer outro esquema Ponzi ou de pirâmide da história dos Estados Unidos. O esquema parece ter envolvido até um milhão ou mais de Participantes de vários países, que criaram aproximadamente 11.000.000 de contas com os Devedores (“Contas de Usuário”). As Contas de Usuário refletem transações financeiras com valor agregado em torno de US\$3.000.000.000 durante os aproximadamente dois anos durante os quais os Devedores operaram seu esquema.

Por meio desta Petição, o Administrador procura obter três formas principais de compensação: (i) determinação de uma data-limite (“Data-Limite”) para que todos os credores possam encaminhar provas de demandas, incluindo demandas em poder de entidades do governo, sendo que a data-limite deverá ser no máximo 90 (noventa) dias após o Administrador informar que o portal que contém as provas eletrônicas dos processos de demanda encontra-se em operação; (ii) aprovação da forma e do modo de fornecimento de notificação da Data-Limite, incluindo notificação eletrônica e pública; e (iii) aprovação do conteúdo de provas eletrônicas a serem encaminhadas pelos Participantes (“ePOCs dos Participantes”) e provas eletrônicas de demandas a serem encaminhadas por todos os demandantes que nunca foram Participantes (“ePOC Padrão”; conjuntamente “ePOCs”), como método único e exclusivo para todos os credores encaminharem notificações nesses casos.

Para reconciliar as demandas dos Participantes com os registros eletrônicos dos Devedores, a ePOC de Participante proposta solicita aos Participantes que (i) forneçam e/ou confirmem as mesmas informações que lhes foram solicitadas no momento de abertura de suas Contas de Usuário junto aos Devedores; e (ii) detalhem e/ou confirmem pagamentos efetuados pelos ou recebidos dos Participantes e dos Devedores, assim como os pagamentos que os Participantes efetuaram e receberam de outros participantes em relação à venda de planos de assinatura pelos Devedores. Sujeito à admissão da Petição de Esquema Ponzi, qualquer demanda ou parte de demanda de Participantes baseada em créditos acumulados nas Contas de Usuário dos Participantes até a Data da Petição será desconsiderada e as demandas serão determinadas com base no patrimônio líquido. A Petição de Esquema Ponzi também visa a obter uma afirmação de que os Devedores praticaram ilícitos conjuntamente e são conjunta e solidariamente responsáveis pelas demandas dos Participantes. Sujeito à aceitação da Petição de Esquema Ponzi, os

Participantes terão direito a encaminhar apenas um ePOC de participante, que constituirá uma demanda contra as massas falidas de cada um dos Devedores.¹

I. JURISDIÇÃO

1. O Tribunal possui jurisdição sobre a matéria, conforme previsto em 28 U.S.C. §§157 e 1334.

2. Este procedimento é considerado fundamental conforme a definição em 28 U.S.C. §§157(b).

3. O foro em tais casos e a presente Petição neste Distrito são legítimas conforme o 28 U.S.C. §1408.

4. As bases da compensação aqui solicitada são o 11 U.S.C. §§105(a), 501 e as Regras Federais de Procedimentos Falimentares 2002, 3003 e 9009.

II. DOS FATOS E ASPECTOS PROCESSUAIS

5. A TelexFree, Inc. é uma empresa constituída no Estado de Massachusetts que, antes de fevereiro de 2012, era conhecida como Common Cents Communications, Inc. (“Common Cents”). A Common Cents foi constituída em 2002 por Carlos Wanzeler, James Merrill e Steven Labriola. Até onde se saiba, os participantes da TelexFree, Inc. são Carlos Wanzeler e James Merrill.

6. A TelexFree, LLC é uma empresa constituída no estado de Nevada que foi incorporada por Carlos Wanzeler, James Merrill e Carlos Costa, cidadão brasileiro, em julho de 2012 e registrada para operar no estado de Massachusetts em abril de 2013. Sabe-se que os participantes da TelexFree, LLC são Carlos Wanzeler e James Merrill.

7. A TelexFree Financial, Inc. é uma empresa constituída no Estado da Florida formada em 2013. Sabe-se que a TelexFree Financial, Inc. é subsidiária integral da TelexFree, LLC.

8. No final da década de 90s, Carlos Wanzeler e James Merrill tornaram-se agentes de vendas para a WorldxChange, uma empresa de marketing multinível que vendia um serviço de telefonia à distância a preços acessíveis usando agentes de vendas para recrutar outros agentes de

¹ A constatação de responsabilidade conjunta e solidária pelas demandas dos Participantes não produz consolidação substantiva dos espólios dos Devedores. Pode haver bases para que o Administrador procure obter tal consolidação substantiva dos espólios dos Devedores, e o Administrador reserva-se o direito de busca-la. Caso a consolidação substancial venha a ocorrer, os Participantes serão considerados como tendo uma única demanda contra o espólio consolidado.

vendas e clientes. Em 2002, Carlos Wanzeler, James Merrill e Steven Labriola constituíram a Common como veículo para suas atividades de vendas para a WorldxChange. Em 2003, esses três indivíduos deixaram de trabalhar para a WorldxChange depois que esta foi adquirida por outra empresa e interrompeu seu programa de marketing multinível.

9. No início de 2012, Carlos Wanzeler, James Merrill e Carlos Costa trocaram o nome Common Cents por TelexFree, Inc., aparentemente visando a usar uma plataforma de marketing multinível para vender Pacotes VoIP. Em julho de 2012, Carlos Wanzeler, James Merrill e Carlos Costa constituíram a TelexFree, LLC, supostamente para cuidar das transações da TelexFree fora do Estado de Massachusetts. Os Devedores iniciaram a operação do esquema de pirâmide em meados de 2012.

10. Em 13 de abril de 2014 (“Data da petição”), os Devedores protocolaram separadamente petições de concordata sob o Capítulo 11 da Lei de Falências (“Bankruptcy Code”) junto ao Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito de Nevada (“Tribunal de Falências de Nevada”, ou “Nevada Bankruptcy Court”).

11. Os devedores operaram inicialmente como devedores proprietários, conforme definidos nas Seções 1107 e 1108 da Lei de Falências.

12. Na Data da Petição, os Devedores encaminharam uma petição solicitando administração conjunta dos casos, sendo a TelexFree, LLC designada como caso principal. A ordem de administração conjunta foi aprovada por meio de uma ordem expedida em 24 de abril de 2014.

13. Antes das solicitações, a Divisão de Valores Mobiliários (“MSD”, ou “Securities Division”) Departamento de Valores Mobiliários da Comunidade de Massachusetts (“Commonwealth of Massachusetts”) iniciou uma investigação sobre as práticas empresariais dos Devedores.

14. Em 15 de abril de 2014 ou data próxima, o MSD iniciou procedimentos administrativos contra os Devedores. Também em 15 de abril de 2014, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (“Securities and Exchange Commission” ou “SEC”) iniciou uma ação contra os Devedores e outras entidades no United States District Court do Distrito de Massachusetts. As ações mencionadas alegaram, entre outras coisas, que os Devedores haviam praticado esquemas ilegais do tipo Ponzi ou de pirâmide e ofertas fraudulentas e não registradas de valores mobiliários.

Em período essencialmente contemporâneo com a ação da SEC, o Departamento de Investigação do Departamento de Segurança Interna (“HSI”, ou Homeland Securities Investigation) apreendeu praticamente todos os ativos, livros e registros dos Devedores.

15. Em 22 de abril de 2014 ou data próxima, o Serviço de Administração Custodial dos Estados Unidos (“Office of the United States Trustee”) encaminhou uma petição solicitando a nomeação de um Administrador conforme previsto pelo Capítulo 11 com base em alegações de atividades ilegais.

16. Em 23 de abril de 2014, a SEC protocolou uma petição para transferir o foro dos casos do Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito de Massachusetts (o “Tribunal”). Por meio de ordem datada de 6 de maio de 2014, a petição de mudança de foro foi aprovada. Os casos foram transferidos para o Tribunal em 9 de maio de 2014.

17. Em 30 de maio de 2014, este tribunal permitiu que o Administrador nomeado pelos Estados Unidos designasse um administrador conforme previsto pelo Capítulo 11, e eu fui incumbido de tal responsabilidade em 6 de junho de 2014.

18. Os Devedores encaminharam apenas uma lista detalhando apenas os 30 (trinta) maiores credores nos casos e não forneceram cronogramas, declarações de situação financeira nem matriz de credores. Em 27 de fevereiro de 2015, o Administrador enviou listagens e demonstrativos de ativos e passivos da situação financeira de cada um dos Devedores, elaborados a partir de informações obtidas de documentos fornecidos sob a Regra de 2004 e livros dos Devedores fornecidos pelas Autoridades Federais (definidas a seguir). A Listagem F contém uma lista com apenas os nomes de usuários e código de país dos Participantes.

19. Carlos Wanzeler e James Merrill eram diretores dos Devedores na Data da Petição. Carlos Costa foi diretor dos Devedores pelo menos até a transferência de participação por ele alegada entre setembro e novembro de 2013. Logo em seguida à nomeação do Administrador, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”; conjuntamente com a SEC e a HSI, as “Autoridades Federais”) indiciaram Carlos Wanzeler e James Merrill com base em seu envolvimento no esquema praticado pelas Devedoras. Carlos Wanzeler fugiu do país e acredita-se que esteja atualmente no Brasil. James Merrill foi detido e atualmente aguarda julgamento em liberdade.

20. Antes da nomeação do Administrador, o Tribunal de Falências de Nevada (“Nevada Bankruptcy Court”) estipulou uma data-limite para encaminhamento de demandas antes da petição. Em 2 de julho de 2014, o Administrador encaminhou uma petição solicitando a invalidação (“Petição de Invalidação”) da data-limite estipulada antes da transferência do foro. Para fundamentar a dilatação solicitada pelo Administrador, a Petição de Invalidação declarou que o Administrador pretendia desenvolver um protocolo para permitir o encaminhamento e autorização de demandas compatível com as circunstâncias dos casos e que tal protocolo incluiria uma nova data-limite, procedimentos de divulgação da data-limite e requisitos para o encaminhamento de demandas. A Petição de Invalidação foi aprovada por uma ordem datada de 3 de julho de 2014.

21. O Administrador contratou a Kurtzman Carson Consultants (“KCC”) como agente responsável pelas demandas. Embora nenhuma data-limite tenha sido estabelecida, cerca de 60.000 provas de demanda, tanto eletrônicas como impressas, foram protocoladas junto à KCC ou à Secretaria do Tribunal (“Clerk of the Court”) utilizando o formulário padrão para apresentação de demandas. Os Participantes também encaminharam formulários de notificação de ocorrência ao Federal Bureau of Investigation (“FBI”) e/ou ao Secretário de Estado (“SOS”, “Secretary of State”) da Comunidade de Massachusetts (“Commonwealth of Massachusetts”).

III. O ESQUEMA PRATICADO PELOS DEVEDORES E A PETIÇÃO DE ESQUEMA PONZI

22. Conforme descrito mais detalhadamente na Petição de Esquema Ponzi, no momento de sua nomeação o Administrador não tinha acesso a nenhum dos registros dos Devedores e recebeu pouco auxílio de ex-empregados. Por meio de cooperação com Autoridades Federais e um meticuloso projeto de recuperação e análise de dados, o Administrador e seus consultores criaram uma versão operante do complexo banco de dados dos Devedores e do SIG, o principal programa de computador que usava o banco de dados para rastrear as atividades dos Participantes por meio das Contas de Usuário. Como resultado de sua investigação e análise, o Administrador acredita que os seguintes fatores fundamentam a demanda de compensação:

23. A atividade dos Participantes junto aos Devedores foi consolidada com a da Ympactus Comercial Ltda., afiliada dos Devedores no Brasil, que se sabe ter operado um esquema

substancialmente semelhante e foi fechada pelas autoridades brasileiras em junho de 2013. Ao todo, os registros mostram cerca de 17.000.000 de Contas de Usuário associadas a cerca de 2.000.000 Endereços de E-mail. O Administrador pôde separar as atividades dos Participantes junto aos Devedores das atividades dos Devedores junto à Ympactus por meio de análise dos campos de dados contendo informações sobre moedas e endereços. Como resultado dessa atividade, o Administrador determinou que existem cerca de 11.000.000 de Contas de Usuário associadas a aproximadamente 900.000 Endereços de E-mail no esquema dos Devedores. O Administrador acredita que existe uma base válida para restringir a notificação apenas aos Participantes do Devedor, conforme determinado pelo Administrador de acordo com a análise apresentada anteriormente.

24. Ingresso no esquema. Os Participantes ingressavam no esquema por meio de aquisição de planos de assinatura e abertura de Contas de Usuário. Ao abrir uma Conta de Usuário, os Participantes eram orientados a preencher vários campos com dados de identificação. Cada Participante podia abrir uma única Conta de Usuário ou, como muitos participantes fizeram, abrir centenas ou milhares de Contas de Usuário. Os Participantes interagiam com os Devedores sobretudo por meios eletrônicos, e cada uma das Contas de Usuário era vinculada a um endereço de correio eletrônico (“Endereço de E-mail”). Embora haja cerca de 11.000.000 de Contas de Usuário, existem apenas 900.000 Endereços de E-mail únicos. Cada um dos 900.000 Endereços de E-mail pode representar um único Participante ou pode corresponder a vários Participantes. Como alguns dos Participantes parecem ter usado Endereços de E-mail de outros Participantes, o número de Participantes é desconhecido, mas provavelmente é superior a 1.000.000. Como os Devedores empregaram meios eletrônicos como principal e quase exclusiva forma de comunicação com os Participantes, a notificação da Data-Limite por meio eletrônico é apropriada. Além disso, grande número de nomes e endereços de e-mail contidos nas Contas de Usuário são claramente inutilizáveis por uma série de motivos, como o simples fato de que alguns participantes deixaram esse campo em branco, alguns endereços estão claramente incorretos (p.ex. Rio de Janeiro, Ohio) e outros motivos semelhantes.

25. Mecanismo do esquema e transações típicas. Os Participantes ganhavam créditos junto à TelexFree pela colocação de anúncios irrelevantes na internet e por recrutar outros Participantes para juntarem-se ao esquema, atos que poderiam ser compensados em dinheiro. Os

Participantes também podem ter acumulado créditos comprando créditos de outros Participantes ou recebendo créditos “manuais” emitidos pelos Devedores. Os Pacotes VoIP eram raramente usados ou vendidos para não Participantes. As faturas pelas compra de planos de assinatura ou Pacotes VoIP podiam ser saldadas por pagamento em dinheiro aos Devedores ou por utilização dos créditos acumulados de outra Conta de Usuário. Um Participante podia usar os créditos em uma Conta de Usuário para abrir uma nova Conta de Usuário para si próprio ou usar créditos em uma Conta de Usuário para saldar a fatura de um Participante recém-recrutado. Neste último caso, o Participante recrutado geralmente pagava a fatura do plano de assinatura diretamente para o Participante recrutador em vez de para o Devedor. O ePOC de Participante proposto requer que os Participantes detalhes as quantias pagas e recebidas dos Devedores, assim como as quantias pagas a ou recebidas de outros Participantes em relação à venda de planos de assinatura pelos Devedores.

26. Condições dos registros dos Devedores. Embora o Administrador não tenha conseguido verificar todas as atividades transacionais das 11.000.000 Contas de Usuário, testes amostras e reconciliação dos dados contidos no SIG indicam que os dados transacionais nele contidos são precisos. Entretanto, alguns dados inseridos nos campos pelos Participantes parecem ser incompletos ou imprecisos. A ePOC de Participante proposta requer a introdução de dados precisos, que foram solicitados dos Participantes no momento de abertura de suas Contas de Usuário, incluindo nome de usuário, senha de acesso, número de telefone, endereço e número de identificação fiscal. Essas informações são necessárias para verificar as identidades dos Participantes e reconciliar as demandas dos Participantes com os registros dos Devedores.

27. Esquema Ponzi ou de pirâmide. As operações dos Devedores constituíram um enorme esquema Ponzi ou de pirâmide. A fonte dos pagamentos dos Participantes era, quase exclusivamente, as taxas de assinatura pagas pelos Participantes que se inscreveram posteriormente. Os Pacotes VoIP raramente foram utilizados. Os Devedores prometeram aos Participantes retornos sobre investimento inexequíveis em troca da colocação de anúncios irrelevantes e sem obrigação de vender Pacotes VoIP. Sujeito à admissão da Petição de Esquema Ponzi, qualquer demanda ou parte de demanda de Participantes baseada em créditos acumulados nas Contas de Usuário dos Participantes até a Data da Petição será desconsiderada e as demandas serão determinadas com base no patrimônio líquido, ou seja, valor líquido dos montantes pagos ao esquema em relação aos valores recuperados do esquema.

IV. PROCESSO DE DEMANDA

A. Resumo do processo de demanda

28. Ao projetar o processo de demanda, o Administrador considerou as questões elencadas anteriormente, o estado dos livros e registros dos Devedores, a natureza intrinsecamente fraudulenta do esquema, o número sem precedentes de possíveis demandantes e os custos e o tempo associados à análise e autorização de demandas sob diversos métodos diferentes. Tendo em vista essas considerações, o Administrador vem solicitar ao Tribunal que aprove o processo de processamento de demandas detalhado a seguir:

(i) Determinar uma Data-Limite de no máximo 90 (noventa) dias após o portal (“Portal”) que hospedar os ePOCs estiver em operação e notificação da Data-Limite (“Notificação de Data-Limite”) tiver sido expedida, e determinar que os demandantes que não encaminharem um ePOC pelo Portal até a Data-Limite não obterão uma demanda válida e não terão direito a participar da distribuição de fundos pelo Administrador;²

(ii) Autorizar o Administrador a apresentar a Notificação de Data-Limite na forma aqui apresentada (a) por correio eletrônico aos Participantes com base nos Endereços de E-mail disponíveis; (b) por correio postal aos demandantes que não forem participantes e são mencionados nas Listas D, E, F e G da relação de passivos dos Devedores e aos Participantes que encaminharam prova de demanda junto ao Tribunal ou a KCC ou formulários de notificação de ocorrência junto ao FBI;³ e (c) por meio de notificação pública no Portal, no site da KCC na internet e nos sites na internet de algumas associações de marketing multinível. As notificações serão apresentadas em Inglês, Espanhol e Português;

(iii) Determinar que o envio de um ePOC será o método único e exclusivo para protocolar demandas nesses casos, aprovar o conteúdo proposto para a ePOC Padrão a ser encaminhada pelos não Participantes e aprovar o conteúdo proposto para a ePOC de Participante a ser encaminhada pelos Participantes.

² O Administrador protocolará a Notificação de Data-Limite junto ao Tribunal, detalhando e estabelecendo uma Data-Limite depois que o Portal entrar em operação.

³ O Administrador solicitou dados de notificação de ocorrências junto à SOS, mas a SOS negou-se a providenciar tais informações ao Administrador.

B. Data-Limite

29. A Regra de Falências 3003(c) (3) estipula, em trecho pertinente, que “cabará ao tribunal determinar e, por causa justificada, estender o período durante o qual comprovantes de demandas ou interesse podem ser encaminhadas”.

30. A determinação de uma data-limite promoverá a administração célere das massas falidas dos Devedores. A progressão bem ordenada de casos regidos pelo Capítulo 11 e o processo de resolução de demandas requerem informações completas e precisas sobre a natureza, validade e situação das demandas contra as massas falidas dos Devedores são necessárias.

31. Uma Data-Limite de no máximo 90 (noventa) dias após a Notificação de Data-Limite foi determinada e proporcionará tempo suficiente para que os credores encaminhem suas demandas.

32. Os demandantes que não forem Participantes, tais como agências do governo e credores comerciais, deverão encaminhar um ePOC Padrão até a Data-Limite, exceto se forem contemplados por algumas poucas exceções, conforme descrito a seguir.

(a) Qualquer indivíduo ou entidade cuja demanda constar da lista de passivos dos Devedores, com a condição de que (i) a demanda não tenha sido assinalada como “contestada”, “contingente” ou “não liquidada”; e (ii) o detentor de tal demanda não discorde do valor, natureza e prioridade de tal demanda conforme definido nas listagens;

(b) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda originar-se da rejeição de um arrendamento não vencido ou contrato de execução, em cujo caso o detentor da demanda deverá encaminhar um comprovante de demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da expedição de uma ordem autorizando a rejeição do arrendamento não vencido ou contrato de execução, o que vier depois;

(c) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda seja recém-listada com contingente, não liquidada ou contestada em qualquer emenda à lista de passivos encaminhada depois da data do pedido aprovando essa petição, em cujo caso o titular da demanda deverá encaminhar comprovante da demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da após o encaminhamento das emendas às listagens.

(d) Qualquer titular de uma demanda que venha a ser autorizada por ordem do Tribunal;

(e) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda tenha sido integralmente paga pelos Devedores ou pelo Administrador;

(f) Qualquer titular de uma demanda para a qual prazos específicos tenham sido fixados pelo Tribunal e continuem em vigor;

(g) Qualquer titular de uma demanda permissível sob § 503(b) e § 507(a) da Lei de Falências (“Bankruptcy Code”) como despesa administrativa, exceto que as demandas sob §503(b) (9) deverão ser encaminhadas dentro do prazo prescrito pelas Regras de Falências Locais de Massachusetts (“Massachusetts Local Bankruptcy Rules”).

33. As exclusões acima aplicar-se-ão apenas a não Participantes. Os Participantes deverão encaminhar ePOCs de Participante até a Data-Limite, sem exceções.

C. Aprovação do formulário e modo de Notificação de Data-Limite

34. A notificação eletrônica da Notificação de Data-Limite é apropriada devido ao número extraordinário de Participantes nos Estados Unidos e no resto do mundo, as condições dos registros dos Devedores em relação às informações de contato dos Participantes e os enormes custos e dificuldades associados a tentar enviar a Notificação de Data-Limite por correio postal.

35. O Administrador propõe que a Notificação de Data-Limite seja apresentada aos Participantes (a) eletronicamente pelos Endereços de E-mail e (b) por correio postal empregando o serviço de correio dos Estados Unidos ou equivalentes internacionais, aos demandantes que não forem Participantes e constarem das Listas D, E, F e G dos Devedores e aos Participantes que já encaminharam demandas ao KCC ou ao Tribunal ou formulários de notificação de ocorrência ao FBI até 30 de setembro de 2015 nos quais não havia um endereço de correio eletrônico. A Notificação de Data-Limite será fornecida aos Participantes no site da KCC na internet e no Portal em Inglês, Espanhol e Português. O Administrador também fornecerá notificação pública da Notificação de Data-Limite online nos seguintes sites de marketing multinível: *behindmlm.com*, *theponzibook.blogspot.com* e *Ponzitracker.com*.

D. Conteúdo das provas eletrônicas de demandas

36. O encaminhamento de provas eletrônicas de demanda será, única e exclusivamente, o método apropriado para encaminhar demandas. O encaminhamento eletrônico das demandas garantirá que as informações dos Participantes sejam consistentes quanto ao conteúdo e o formato e permitirão que as informações sobre demandas sejam reconciliadas com os registros eletrônicos dos devedores. Se não houver um processo uniforme, estabelecido e eletrônico para encaminhar demandas, o processo de análise e resolução de demandas será longo demais e excessivamente dispendioso.

37. A ePOC Padrão terá basicamente o mesmo conteúdo que o formulário oficial B10 de comprovante de demanda, que é apropriado para uso de demandantes que não são Participantes.

38. A ePOC de Participante proposta é apropriada porque solicitará aos Participantes que forneçam e confirmem dados em um formato consistente que permitirá reconciliação com os registros eletrônicos dos Devedores.

39. A Regra de Falências 9009 prevê que os formulários oficiais “serão observados e usados, com alterações que vierem a ser apropriadas”. Portanto, o Tribunal possui autoridade para aprovar modificações ao formulário “Form 10” de comprovantes de demanda quando apropriado. *In re A.H. Robins Co.*, 862 F.2d 1092 (4th Cir. 1988).

40. Além de apresentar ao Participante informações básicas sobre o processo de demanda, criar um processo de registro no Portal e exigir que a demanda seja atestada, a ePOC de Participante exigirá que o Participante:

(i) forneça informações de contato atualizadas, incluindo endereço físico, correio eletrônico, endereço e número de telefone;

(ii) fornecer e/ou confirmar seu(s) nome(s) de pessoa física ou jurídica, endereço(s), telefone(s), endereço(s), telefone(s), endereço(s) de e-mail, número(s) de identificação fiscal, Nome(s) de Conta(s) de Usuário, senha(s) e dados bancários utilizados pelos Participantes ao estabelecer a(s) Conta(s) de Usuário;

(iii) detalhar e/ou confirmar todos os pagamentos efetuados pelo Participante aos Devedores e todos os pagamentos recebidos pelo Participante dos Devedores;

(iv) detalhar e/ou confirmar todos os pagamentos efetuados pelo Participante a outros Participantes em relação à compra de planos de assinatura e todos os pagamentos em favor do Participante por outros Participantes em relação à compra de um plano de assinatura.

E. Fundamentação da compensação solicitada

41. A determinação de uma Data-Limite, a aprovação da Notificação de Data-Limite proposta e divulgação da mesma, a aprovação do conteúdo das ePOCs e a autorização para o Administrador estabelecer ePOCs compatíveis com o conteúdo desta Petição são medidas concebidas especificamente para atender às circunstâncias únicas desses casos. Ao elaborar esse processo de demandas, o Administrador reuniu-se com seus consultores e outras partes envolvidas em casos semelhantes e realizou uma análise dos dados disponíveis nos livros e registros dos Devedores e os tipos de transações das quais os Participantes comumente participaram.

42. A determinação de uma Data-Limite de no máximo 90 (noventa) dias após a divulgação da Notificação de Data-Limite é apropriada, pois dará aos Participantes e outros demandantes tempo adequado para encaminhar suas ePOCs.

43. A forma da Notificação de Data-Limite e os procedimentos propostos para fornecer Notificação de Data-Limite são apropriados.

44. O conteúdo proposto das ePOCs é necessário e apropriado.

45. Os procedimentos propostos consideram significativamente nas necessidades dos demandantes relacionadas ao devido processo legal. O devido processo requer "notificações razoavelmente calculadas para, em todas as situações, comunicar às partes interessadas de ações pendentes e permitir-lhes oportunidade de apresentar suas objeções. A notificação deve ser de tal natureza que comunique as informações necessárias e deve dar tempo suficiente para que os interessados se manifestem." *In re Arch Wireless, Inc.*, 534 F.3d 76 (1st Cir. 2008).

46. As partes identificadas nos registros dos Devedores ou nas demandas encaminhadas que possuem informações de contato confiáveis serão notificadas diretamente da Notificação de Data-Limite, seja por correio eletrônico (para os Participantes com Endereços de E-mail nos registros dos Devedores) ou por correio postal (para credores não Participantes e Participantes que encaminharem demandas à KCC ou ao Tribunal ou formulários de notificação de ocorrência ao FBI até 30 de setembro de 2015 que não forneceram um endereço de correio eletrônico), pois os credores conhecidos fazem jus a receber notificação direta tanto quando possível. *Arch Wireless*, 534 F.3d em 80.

47. Dependendo de notificações eletrônicas da Data-Limite é ao mesmo tempo apropriado e necessário. Os tribunais de falências já autorizaram notificação por correio eletrônico quando apropriado em razão das circunstâncias. *Vide In re Natural Products Group, LLC*, case no. 10-10239-BLS (Bankr. D. Del. 2010) (o tribunal autorizou o envio de apelos e notificações eletronicamente a cerca de 2.000.000 de consultores independentes em um caso envolvendo marketing multinível); *In re VarTec Telecom, Inc.*, caso nº. 04-81694-SAF-11 (Bankr. N.D. Tex. 2004) (autorização pra encaminhar apelações eletronicamente a 130.000 representantes independentes em um caso de marketing multinível). Da mesma forma, constatou-se que as notificações eletrônicas são compatíveis com as demandas do devido processo legal em muitos casos federais que não envolveram falências. *Vide, e.g., Securities and Exchange Commission v. Rex Venture Group, LLC, d/b/a ZeekRewards.com e Paul Burks*, caso nº. 3:12-cv-519 (W.D.N.C. 2013)(o tribunal autorizou processamento eletrônico de demandas a mais de um milhão de participantes em um esquema de pirâmide multinível); *Browning v. Yahoo Inc.*, 2007 WL 4105971

(N.D. Cal. Dec. 27, 2006) (determinação de que a notificação e divulgação de avisos por correio eletrônico foi apropriada para as partes em um acordo em uma ação coletiva); *Rio Properties, Inc. v. Rio Int'l Interlink*, 284 F.3d 1007, 1016 (9th Cir. 2002) (determinação de que a entrega de uma queixa por correio eletrônico é válida); *RPost Holdings, Inc. v. Kagan*, 2012 WL 194388, em *2 (E.D.Tex. Jan. 23, 2012) (foi autorizada notificação eletrônica de queixa); *Liberty Media Holdings, LLC v. Vinigay.com*, 2011 WL 810250, em 2-5 (D. Ariz. Mar.3, 2011) (idem).

48. Na extensão que o envio de documentos a Endereços de E-mail não serve de notificação aos Participantes, a notificação pública no website da KCC, no Portal e em sites de marketing multinível na internet servirá como notificação complementar apropriada diante das circunstâncias.

49. Os procedimentos de notificação propostos são bem adaptados para fornecer notificação a possíveis demandantes de maneira custo-eficiente, atendem às exigências do devido processo legal e devem ser aprovados pelo Tribunal.

50. O teor da ePOC de Participante é essencial para administração do processo de demanda. O endereço atual e as informações de contato são essenciais para fornecer notificações neste caso e para distribuir valores. Os Endereços de E-mail e outras informações usadas ao abrir Contas de Usuário junto aos Devedores são necessárias para identificar Contas de Usuário de Participantes e verificar demandas contra os Devedores. Quaisquer informações sobre pagamentos recebidos ou em favor dos Devedores ou por e entre Participantes em relação à compra de planos de assinatura e Pacotes VoIP são relevantes para determinar as demandas dos Participantes contra as massas falidas. Finalmente, a atestação e conhecimento exigidas pelo Formulário Oficial 10; 28 U.S.C. § 2073; *Guide to Judiciary Policy*, Vol. 1, § 440; Fed. R. Bankr. P. 9009; Fed. R. Bankr. P. 3001(a); 18 U.S.C. §§ 152, 157, e 3571 servirão como impedimento a demandas fraudulentas.

51. O envio eletrônico de ePOCs é apropriado porque desempenha um papel essencial em controlar custos e acelerar as distribuições aos credores por meio de procedimentos administrativos agilizados. O custo de tentar comparar manualmente os montantes demandados em possivelmente milhões de comprovantes físicos de demandas com os registros dos Devedores é incalculável, sobretudo considerando o número de transações que podem ser associadas a uma demanda específica. O ePOC garantirá que os dados serão apresentados em um formato que pode ser ordenado e analisado eletronicamente e que todos os Participantes fornecerão dados em um

formato comum e legível. Considerando o número extraordinário de demandantes em potencial, o envio eletrônico de demandas é a única alternativa prática para uma administração eficiente e custo-eficiente do processamento de demandas nesses casos.

52. Exceto conforme aqui permitido, o envio oportuno de ePOCs deverá ser o único meio para que os demandantes participem de uma distribuição de fundos pelo Administrador ou outro representante da massa falida. Anteriormente, o envio de demandas à KCC ou ao Tribunal ou formulários de notificação de ocorrência ao FBI ou ao SOS são insuficientes para reconhecimento de prova de demanda e devem ser desconsideradas por vários motivos, tais como a falta de informações essenciais dos participantes e atividades de Contas de Usuário que precisam ser reconciliadas com os registros dos Devedores. Mesmo que os dados necessários tenham sido incluídos em submissões anteriores, tais submissões não foram em formato eletrônico e não foram apresentadas em formato consistente que possa ser facilmente transmitido eletronicamente e comparado com outras informações disponíveis. Finalmente, os formulários de notificação de ocorrência enviados ao FBI não contêm as atestações exigidas pelo "Official Form 10"; 28 U.S.C. § 2073; *Guide to Judiciary Policy*, Vol. 1, § 440; Fed. R. Bankr. P. 9009; Fed. R. Bankr. P. 3001(a); 18 U.S.C. §§ 152, 157 e 3571.

53. Sujeito à admissão da Petição de Esquema Ponzi, (i) qualquer demanda ou parte de demanda de Participantes baseada em créditos acumulados nas Contas de Usuário dos Participantes até a Data da Petição será desconsiderada (ii) as demandas serão determinadas com base no patrimônio líquido e (iii) os Participantes precisarão encaminhar apenas uma demanda, que constituirá uma demanda contra todos os Devedores. Os não Participantes deverão encaminhar um ePOC Padrão separado para cada Devedor contra o qual desejam firmar uma demanda.

54. A Notificação de Data-Limite deve incluir um termo indicando que se as respostas às solicitações de dados constantes do ePOC de Participante forem incompletas ou imprecisas, isso poderá constituir base para invalidação da demanda.

F. Demoras em questões relacionadas à análise de demandas e reservas de direitos

55. O desenvolvimento do conteúdo das ePOCs é necessário para a administração de análise das demandas. Nesses casos, a notificação eletrônica da Notificação de Data-Limite e o envio eletrônico de ePOCs é o único método prático de administrar o processamento de demandas.

Qualquer outra opção incorreria despesas proibitivas, reduzindo assim os fundos disponíveis para distribuição e retardando indevidamente a resolução das demandas e, enfim, a distribuição dos fundos aos credores. O processo de demandas não deve impor nenhuma obrigação excessiva aos Participantes. Com efeito, o processo eletrônico é em muitos casos menos oneroso que o envio de documentação impressa comprovando a demanda porque os Participantes não incorrerão em despesas de cópia e postagem.

56. O Administrador reserva expressamente todos os direitos, demandas e defesas. Excetuando-se a anulação de demandas por créditos acumulados, não se busca nenhuma decisão sobre os componentes de uma demanda válida.

V. NOTIFICAÇÃO

57. O Administrador propõe o encaminhamento desta Petição à lista dos Devedores dos 30 (trinta) maiores credores sem garantias, ao Serviço de Administração Custodial dos Estados Unidos (“Office of the United States Trustee”) e a todas as partes que protocolaram avisos de comparecimento. O Administrador requer que tal notificação seja considerada suficiente para a compensação solicitada.

ASSIM, PORTANTO, o Administrador vem pela presente solicitar que o Tribunal reconheça nos autos, na forma do Anexo “A” anexo ao presente:

- (i) Determinação de uma Data-Limite de no máximo 90 (noventa) dias depois de o Portal entrar em operação e a Notificação de Data-Limite ter sido divulgada;
- (ii) Aprovação do conteúdo das ePOC conforme aqui detalhado e autorização para que o Administrador estabeleça o Portal, projete e implemente os ePOCs de forma basicamente consistente com o conteúdo apresentado na Petição;
- (iii) Aprovação da Notificação de Data-Limite na forma aqui anexada no Anexo “B” da presente, assim como o modo de divulgação aqui apresentado, incluindo aos Participantes identificados como envolvidos no esquema dos Devedores com base nos campos de dados indicativos de moedas no SIG;

- (iv) Determinação de que o processo de geração de demandas seja exclusivamente eletrônico e orientar os Participantes e outros demandantes a encaminhar um ePOC no Portal, incluindo preenchimento de todos os campos de dados, e determinar que os Participantes que não fornecerem os dados solicitados na ePOC de Participante possam ter suas demandas invalidadas.

- (v) Determinação de que as demandas encaminhadas anteriormente à KCC e ao Tribunal, assim como os formulários de notificação de ocorrência enviados ao FBI e ao SOS, não constituirão provas válidas e oportunas de demandas, e que o processo de arquivamento de ePOCs aqui definido seja o único e exclusivo método de encaminhar demandas contra as massas falidas dos Devedores; e

- (v) Concessão de quaisquer outras compensações que o Tribunal julgar justas e devidas.

STEPHEN B. DARR,
ADMINISTRADOR DE CONCORDATA
Por seus advogados
/s/ Andrew G. Lizotte
Harold B. Murphy (BBO #362610)
Andrew G. Lizotte (BBO #559609)
Murphy & King, Professional Corporation
One Beacon Street
Boston, MA 02108
Telefone: (617) 423-0400
Facsímile: (617) 423-0498
E-mail: ALizotte@murphyking.com

Datada de 7 de outubro de 2015
695591

ANEXO A

TRIBUNAL DE FALÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS
DISTRITO DE MASSACHUSETTS
DIVISÃO CENTRAL

In Re:)	Concordata (“Capítulo 11”)
)	
)	
TELEXFREE, LLC,)	Caso N.º 14-40987-MSH
TELEXFREE, INC.,)	Caso N.º 14-40988-MSH
TELEXFREE FINANCIAL, INC.,)	Caso N.º 14-40989-MSH
)	
Devedoras.)	Administração conjunta
)	

**ORDEM JUDICIAL BASEADA NA PETIÇÃO DO PELO ADMINISTRADOR
CONFORME O CAPÍTULO 11 DETERMINANDO UMA DATA-LIMITE PARA
ENCAMINHAMENTO DE PROVAS DE DEMANDA, FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO,
INDICANDO QUE AS DEMANDAS DEVEM SER ENCAMINHADAS
ELETRONICAMENTE E APROVANDO O TEOR DOS COMPROVANTES
ELETRÔNICOS DE DEMANDA**

Tendo uma audiência sido conduzida no dia ____ de _____ do ano de 2015 tendo como pauta a Petição de Stephen B. Darr, o administrador devidamente constituído na forma do Capítulo 11 (“Administrador”) das massas falidas da TelexFree, LLC, TelexFree, Inc. e TelexFree Financial, Inc. (coletivamente, “Devedores” ou “TelexFree”) por uma Determinação Fixando uma Data-Limite para Encaminhamento de Comprovantes de Demandas, Aprovação da Forma e do Modo de Entrega da Notificação, Determinação de que as Demandas Sejam Encaminhadas Eletronicamente e Aprovação do Teor dos Comprovantes Eletrônicos de Demanda (“Petição”), todas as partes interessadas tendo sido ouvidas e as devidas causas expostas aos mesmos, DECIDO QUE:

1. A Petição foi deferida.

I. Data-Limite

2. Exceto conforme previsões em contrário constantes do presente, todas as pessoas e entidades (incluindo-se, sem limitação, indivíduos, parcerias, corporações, joint-ventures, trustes e entidades governamentais) que firmarem uma demanda conforme definida em § 101(5) da Lei de Falências (“Bankruptcy Code”) (separadamente, “Demanda”), contra os Devedores que tenha surgido até o protocolamento das petições sob o Capítulo 11 em 13 de abril de 2014 (“Data da

Petição”) deverão encaminhar uma prova de tal Demanda de acordo com os procedimentos abaixo previstos.

3. Para todos os credores, o prazo para encaminhar demandas (“Data-Limite”) é de no máximo 90 (noventa) após o portal (“Portal”) que hospedar as provas eletrônicas de demandas (“ePOCs”, “electronic proofs of claim”) estiver em operação e a notificação da Data-Limite (“Notificação de Data-Limite”) tiver sido entregue conforme aqui previsto.

II. Formato e Modo de Notificação

4. A Notificação de Data-Limite é aqui aprovada, na forma anexa ao presente.

5. O Administrador também deverá divulgar a Notificação de Data-Limite da seguinte maneira:

(a) por correio eletrônico aos Participantes com base nos endereços de correio eletrônico disponíveis dos Participantes (“Endereços de E-mail”);

(b) por correio postal ou equivalente internacional a demandantes que não forem Participantes e constarem nas Listagens D, E, F ou G das listas de passivos dos Devedores e aos participantes que enviarem comprovantes de demandas ao Tribunal ou à Kurtzman Carson Consultants (“KCC”) ou um formulário de notificação de ocorrência ao Federal Bureau of Investigation (“FBI”) até 30 de setembro de 2015 que não tiverem fornecido um endereço de correio eletrônico;

(c) por notificação pública no Portal e no site da KCC na internet; e

(d) nos sites de marketing multinível na internet *behindmlm.com* e *Ponzitracker.com*.

6. As notificações supramencionadas em 5(a) a 5(c) deverão ser fornecidas em sua totalidade nos idiomas Espanhol e em Português, além de em Inglês. As notificações mencionadas em 5(d) poderão ser abreviadas ou apenas em inglês, a critério do Administrador.

7. Para fins de identificar e segregar os Participantes que possam ter constituído parte do esquema dos Devedores e não da Ympactus Comercial Ltda. e que têm direito à notificação aqui contemplada, o Administrador poderá depender dos campos de dados sobre moeda e código de país constantes dos livros e registros dos devedores, conforme detalhado na Petição.

8. As medidas detalhadas anteriormente constituem notificação adequada aos demandantes da Data-Limite e dos procedimentos para demandas aqui aprovados.

III. ePOCs

9. Todos os credores que não forem participantes deverão encaminhar um ePOC contendo basicamente as mesmas informações que a prova de demanda oficial, o |Formulário B10 (“ePOC Padrão”) até a Data-Limite, exceto se forem contemplados por alguma das exceções abaixo:

(a) Qualquer indivíduo ou entidade cuja demanda constar da lista de passivos dos Devedores, com a condição de que (i) a demanda não tenha sido assinalada como “contestada”, “contingente” ou “não liquidada”; e (ii) o detentor de tal demanda não discorde do valor, natureza e prioridade de tal demanda conforme definido nas listagens;

(b) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda originar-se da rejeição de um arrendamento não vencido ou contrato de execução, em cujo caso o detentor da demanda deverá encaminhar um comprovante de demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da expedição de uma ordem autorizando a rejeição do arrendamento não vencido ou contrato de execução, o que vier depois;

(c) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda seja recém-listada com contingente, não liquidada ou contestada em qualquer emenda a lista de passivos encaminhada depois da data do pedido aprovando essa petição, em cujo caso o titular da demanda deverá encaminhar comprovante da demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da após o encaminhamento das emendas às listagens;

(d) Qualquer titular de uma demanda que venha a ser autorizada por ordem do Tribunal;

(e) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda tenha sido integralmente paga pelos Devedores ou pelo Administrador;

(f) Qualquer titular de uma demanda para a qual prazos específicos tenham sido fixados pelo Tribunal e continuem em vigor;

(g) Qualquer titular de uma demanda permissível sob § 503(b) e § 507(a) da Lei de Falências (“Bankruptcy Code”) como despesa administrativa, exceto que as demandas sob §503(b)(9) deverão ser encaminhadas dentro do prazo prescrito pelas Regras de Falências Locais de Massachusetts (“Massachusetts Local Bankruptcy Rules”).

10. As exclusões acima aplicar-se-ão apenas a não Participantes. Os Participantes deverão, em todos os casos, encaminhar um ePOC no formato a ser definido pelo Administrador e com conteúdo substancialmente conforme o definido na Petição (“ePOC de Participante”) até a Data-Limite.

11. O conteúdo da ePOC fica aqui aprovado, e o Administrador autorizado a criar um Portal para envio eletrônico de ePOCs e criar e implementar um ePOC substancialmente compatível com o conteúdo definido na Petição.

12. Os Participantes são orientados a fornecer todas as informações solicitadas no ePOC de Participante, sendo que o não fornecimento de informações solicitadas no ePOC de Participante poderá constituir base para invalidação da demanda.

13. Os Participantes precisarão encaminhar uma única ePOC de Participante, que constituirá comprovante de demanda contra todos os Devedores.

14. Os não Participantes deverão obrigatoriamente encaminhar um ePOC Padrão separado para cada Devedor contra o qual desejam firmar uma demanda.

15. A submissão de um ePOC pelo portal deverá ser único e exclusivo método de encaminhar demandas nesses casos. Todas as demandas encaminhadas anterior ou futuramente que não seguirem o processo ePOC aqui detalhado deverão ser desconsideradas salvo ordem em contrário do Tribunal, incluindo quaisquer provas de demandas encaminhadas anteriormente ao KCC ou ao Tribunal e a formulários de notificação de ocorrência encaminhados ao FBI ou ao Secretário de Estado do Estado de Massachusetts.

16. O Administrador reserva expressamente todos os direitos, demandas e defesas em relação a quaisquer ePOCs.

17. Nos termos da Regra de Falências (“Bankruptcy Rule”) 3003(c)(2), se o titular de uma Demanda contra os Devedores for solicitado a encaminhar uma ePOC pelo Portal até a Data-Limite mas não o fizer: (a) tal titular ficará permanentemente proibido, impedido e impossibilitado de encaminhar qualquer Demanda contra os Devedores ou suas massas falidas (ou encaminhar uma ePOC em relação aos mesmos), (b) os Devedores e seu patrimônio ficarão permanentemente exonerados de toda e qualquer dívida ou obrigação relacionada a tal Demanda, (c) será vedado a tal titular votar para aceitar ou rejeitar qualquer plano elaborado conforme o Capítulo 11 da Lei de Falências ou em quaisquer casos subsequentes sob o Capítulo 7 em relação a tal Demanda e (d) o Administrador não será obrigado a fornecer a tal titular quaisquer outras notificações relacionadas à tal Demanda.

18. O Administrador fica autorizado e empoderado para adotar as medidas e praticar os atos que possam ser necessários para implementar e fazer cumprir os termos desta Decisão.

19. Esta Decisão é incluída nos autos sem prejuízo do direito do Administrador de buscar obter outra determinação deste Tribunal determinando uma data na qual os titulares de Demandas

não sujeitas à Data-Limite aqui estabelecida são obrigados a encaminhar comprovantes de demandas ou ser proibidos de fazê-lo.

20. Esta Decisão é incluída nos autos sem prejuízo do direito do Administrador de solicitar consolidação das massas falidas dos Devedores.

MM. Juiz Melvin S. Hoffman
Juiz Presidente do Tribunal de Falências dos Estados
Unidos

Datada de _____
695643

ANEXO B

TRIBUNAL DE FALÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS
DISTRITO DE MASSACHUSETTS
DIVISÃO CENTRAL

_____)	
In Re:)	Concordata (“Capítulo 11”)
)	
)	
TELEXFREE, LLC,)	Caso Nº. 14-40987-MSH
TELEXFREE, INC.,)	Caso Nº. 14-40988-MSH
TELEXFREE FINANCIAL, INC.,)	Caso Nº. 14-40989-MSH
)	
Devedoras.)	Administração conjunta
_____)	

**NOTIFICAÇÃO DE PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO DE COMPROVANTES
ELETRÔNICOS DE DEMANDAS E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS A
DEMANDAS**

Em 13 de abril de 2014, a TelexFree, LLC, a TelexFree, Inc. e a TelexFree Financial, Inc. (conjuntamente, “Devedores”) encaminharam voluntariamente petições de concordata sob o Capítulo 11 da Lei de Falências (“United States Bankruptcy Code”) no Tribunal Federal de Falências (“United States Bankruptcy Court”) do Distrito de District of Nevada. Os casos foram transferidos do Tribunal Federal de Falências para o Distrito de Massachusetts (“Tribunal”) em 9 de maio de 2014 e estão sendo movidos conjuntamente como Caso Nº. 14-40987-MSH (TelexFree, LLC). Em 6 de junho de 2014, Stephen B. Darr foi nomeado administrador (“Administrador”) conforme previsto no Capítulo 11 da Lei de Falências.

AVISO IMPORTANTE: Em _____, o Tribunal tomou uma decisão aprovando a *Petição pelo Administrador de Concordata Determinando uma Data-limite para Encaminhamento de Comprovantes de Demanda, Formulário de Aprovação e Modo de Notificação, Indicando que as Demandas devem ser Encaminhadas Eletronicamente e Aprovando o Teor dos Comprovantes Eletrônicos de Demanda (“Petição de Data-Limite”)* estabelecendo determinados prazos para envio de demandas em casos de concordata envolvendo os Devedores. Em _____, o portal na internet (“Portal”) para envio de comprovantes eletrônicos de demanda entrará em operação e estará disponível em _____. Nos termos da ordem que aprovou a Petição de Data-Limite, _____ **às 4:30 p.m. (horário oficial da Costa Leste dos EUA; “Eastern Time”)** foi estabelecido como prazo para qualquer pessoa ou entidade (incluindo-se indivíduos, parcerias, empresas, espólios, trusts, joint-ventures e entidades governamentais, em qualquer local) enviar comprovantes de demanda contra os Devedores. Os comprovantes de demanda devem ser enviados eletronicamente através do Portal.

A Data-Limite e os procedimentos definidos a seguir para encaminhamento de comprovantes de demanda conforme definido na Seção 101(5) da Lei de Falências (separadamente, “Demandas”) contra os Devedores, sendo que a demanda surgiu até 13 de abril de 2014 (“Data da Petição”), excetuando-se os titulares das Demandas mencionadas na Seção 4 abaixo, que ficam especificamente excluídos das demandas de encaminhamentos até a Data-Limite.

1. QUEM DEVE ENVIAR COMPROVANTES DE DEMANDA?

Se tiver uma Demanda contra os Devedores surgida até a Data da Petição e tal Demanda não for um dos tipos descrito a seguir na Seção 4, você deve enviar um comprovante eletrônico de tal Demanda (separadamente, “Comprovante de Demanda”) para participar de distribuições das

massas falidas dos Devedores e ter direito a voto quanto a um plano de segundo o Capítulo 11 que poderá ser encaminhado pelo Administrador. As Demandas baseadas em atos e omissões dos Devedores ocorridas antes da Data da Petição devem ser encaminhadas até a Data-Limite aqui definida, mesmo que tal Demanda não tenha sido fixada, liquidada ou certa, não tenha atingido data de vencimento ou se tornada fixa, líquida e certa antes da Data da Petição.

Segundo a Seção 101(5) da Lei de Falências e conforme usado na presente Notificação, a palavra “Demanda” significa: (a) um direito a pagamento, mesmo que tal direito tenha sido decorrente de decisão judicial, liquidado, não liquidado, contingente, atingido ou não um vencimento, sob litígio, de natureza jurídica, compensatório, colateralizado ou não; ou (b) direito a uma compensação por falha de desempenho se tal falha tiver originado direito a um pagamento, tenha ou não tal direito a compensação seja decorrente de decisão judicial, fixo, contingente, tenha atingido um vencimento ou não, esteja ou não sob litígio e esteja colateralizado ou não. Conforme empregado nesta Notificação, o termo “Listas” significa listas de ativos e passivos fornecidas pelos Devedores, que podem ter sido emendadas conforme previsto no Regra Federal de Procedimentos Falimentares 1007.

2. O QUE DEVE SER ENCAMINHADO?

Se for um dos Participantes do esquema dos Devedores (ou seja, adquiriu um plano de assinatura ou Pacote VoIP TelexFree), você deverá encaminhar comprovantes eletrônicos de demandas projetados especificamente para os Participantes (“ePOC de Participante”) através do Portal antes da Data-Limite. O Portal inclui instruções detalhadas para preenchimento das ePOCs de Participante.

Se não era um dos Participantes, você deverá encaminhar uma demanda utilizando o comprovante de demanda eletrônico padrão (“ePOC Padrão”) através do portal até a Data-Limite. O Portal inclui instruções detalhadas para preenchimento das ePOCs Padrão. [A ePOC de Participante e a ePOC Padrão serão designadas, conjuntamente, “ePOCs”].

Todas as ePOCs deverão ser assinadas pelo titular da Demanda em questão ou, se o titular da Demanda não for uma pessoa física, por um agente autorizado do titular de tal Demanda. A demanda precisará ser preenchida em Inglês e denominada na moeda dos Estados Unidos.

3. ONDE E QUANDO ENCAMINHAR?

Exceto se aqui previsto em contrário, todos os Comprovantes de Demanda devem ser encaminhados para serem recebidos no Portal até _____.

O endereço do Portal é _____.

Todos os Comprovantes de Demanda serão consideradas encaminhadas apenas quando um ePOC for recebido pelo portal até a Data-Limite. Nenhum Comprovante de Demanda poderá ser encaminhado por correio postal ou fax. Nenhum Comprovante de Demanda deverá ser encaminhado ao Tribunal.

4. QUEM NÃO PRECISA ENVIAR COMPROVANTES DE DEMANDA?

Participantes: Todos os Participantes precisam encaminhar um ePOC de Participante até a Data-Limite. Os Participantes precisarão encaminhar uma única ePOC de Participante, que constituirá comprovante de demanda contra todos os Devedores.

Não Participantes: Os Credores que não forem Participantes precisam encaminhar uma ePOC Padrão até a Data-Limite, exceto se o credor for um dos seguintes:

(a) Qualquer indivíduo ou entidade cuja demanda constar da lista de passivos dos Devedores, com a condição de que (i) a demanda não tenha sido assinalada como “contestada”, “contingente” ou “não liquidada”; e (ii) o detentor de tal demanda não discorde do valor, natureza e prioridade de tal demanda conforme definido nas listagens;

(b) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda originar-se da rejeição de um arrendamento não vencido ou contrato de execução, em cujo caso o detentor da demanda deverá encaminhar um comprovante de demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da expedição de uma ordem autorizando a rejeição do arrendamento não vencido ou contrato de execução, o que vier depois;

(c) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda seja recém-listada com contingente, não liquidada ou contestada em qualquer emenda à lista de passivos encaminhada depois da data do pedido aprovando essa petição, em cujo caso o titular da demanda deverá encaminhar comprovante da demanda até (a) a Data-Limite ou (b) 30 (trinta) dias da após o encaminhamento das emendas às listagens.

(d) Qualquer titular de uma demanda que venha a ser autorizada por ordem do Tribunal;

(e) Qualquer pessoa ou entidade cuja demanda tenha sido integralmente paga pelos Devedores ou pelo Administrador;

(f) Qualquer titular de uma demanda para a qual prazos específicos tenham sido fixados pelo Tribunal e continuem em vigor;

(g) Qualquer titular de uma demanda permissível sob § 503(b) e § 507(a) da Lei de Falências (“Bankruptcy Code”) como despesa administrativa, exceto que as demandas sob §503(b)(9) deverão ser encaminhadas dentro do prazo prescrito pelas Regras de Falências Locais de Massachusetts (“Massachusetts Local Bankruptcy Rules”).

5. **CONSEQUÊNCIAS DE NÃO ENCAMINHAR UM EPOC ATÉ A DATA-LIMITE OU NÃO ENVIO DE EPOC**

O ENVIO DE UM EPOC ELETRONICAMENTE PELO PORTAL É O ÚNICO MEIO VÁLIDO DE ENCAMINHAR UM COMPROVANTE DE DEMANDA CONTRA OS DEVEDORES. QUEM NÃO FOR CONTEMPLADO POR UMA EXCEÇÃO AO ENCAMINHAMENTO DE EPOCs NOS TERMOS DA SEÇÃO 4 ACIMA DEVERÁ ENCAMINHAR UM EPOC ATÉ A DATA-LIMITE. QUALQUER PARTE QUE NÃO ENCAMINHAR OPORTUNAMENTE UM EPOC NO PORTAL ATÉ A DATA LIMITE SERÁ IMPEDIDA DE APLICAR TAL DEMANDA CONTRA OS DEVEDORES OU SUAS RESPECTIVAS MASSAS FALIDAS E DE PARTICIPAR EM QUALQUER DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS NESSES CASOS EM RAZÃO DE TAL DEMANDA. AS DEMANDAS ENCAMINHADAS ANTERIORMENTE À KURTZMAN CARSON CONSULTANTS, LLC OU AO TRIBUNAL, ASSIM COMO FORMULÁRIOS DE NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA ENCAMINHADOS AO “FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION” OU AO SECRETÁRIO DO ESTADO DE MASSACHUSETTS NÃO SERÃO CONSIDERADAS DEMANDAS PERMISSÍVEIS. OS PARTICIPANTES DEVERÃO PREENCHER TODOS OS DADOS SOLICITADOS NA EPOC DE PARTICIPANTE; CASO CONTRÁRIO, A DEMANDA PODERÁ SER INVALIDADA.

6. **LISTAS DOS DEVEDORES E O ACESSO ÀS MESMAS**

[ESTA SEÇÃO NÃO SE APLICA AOS PARTICIPANTES.]

Você talvez conste das listas de titulares de Demandas fornecidas pelos Devedores. Se agir com base nas informações nas Listas, você será responsável por determinar se sua Demanda foi incluída nas Listas de maneira precisa.

Se concordar com a natureza, montante e situação de sua Demanda conforme consta das Listas e se sua Demanda não tiver sido assinalada como sob litígio (“disputed”), contingente (“contingent”) ou não liquidada (“unliquidated”), você não precisará encaminhar um ePOC Padrão.

Caso contrário, se decidir encaminhar um ePOC Padrão relacionado a tal Demanda, você deverá fazê-lo até a Data-Limite de acordo com a Decisão do Tribunal.

Cópias das Listas estarão disponíveis no site do Tribunal de Falências na internet em www.mab.uscourts.gov. O acesso a essas informações requer login e senha para o serviço Public Access to Electronic Court Records ("PACER") do Tribunal, que pode ser obtida no PACER Service Center no endereço www.pacer.psc.uscourts.gov. Cópias das Listas também estarão disponíveis para análise entre os horários de 9:00 A.M. e 4:00 P.M., de Segunda a Sexta, no Office of the Clerk of the Bankruptcy Court, localizado no Harold Donohue Federal Building and Courthouse, 595 Main Street, Worcester, MA 01608.

Respeitosamente,
STEPHEN B. DARR,
ADMINISTRADOR DE CONCORDATA
Por seu advogado,

/_____
Andrew G. Lizotte (BBO #559609)
MURPHY & KING, P.C. One Beacon Street
Boston, MA 02108-3107
Telefone: (617) 423-0400
Fax: (617) 423-0498
ALizotte@murphyking.com

Datada de _____
694351

UNITED STATES BANKRUPTCY COURT
DISTRICT OF MASSACHUSETTS
CENTRAL DIVISION

In Re:)	
)	
)	Chapter 11
)	
TELEXFREE, LLC ,)	Case No. 14-40987-MSH
TELEXFREE, INC.,)	Case No. 14-40988-MSH
TELEXFREE FINANCIAL, INC.,)	Case No. 14-40989-MSH
)	
Debtors.)	Jointly Administered
)	

MOTION BY CHAPTER 11 TRUSTEE FOR ENTRY OF ORDER FIXING BAR DATE FOR FILING PROOFS OF CLAIM, APPROVING FORM AND MANNER OF PROVIDING NOTICE, DIRECTING THAT CLAIMS BE FILED ELECTRONICALLY, AND APPROVING CONTENT OF ELECTRONIC PROOFS OF CLAIM

To the Honorable Melvin S. Hoffman, Chief United States Bankruptcy Judge:

Stephen B. Darr, the duly appointed Chapter 11 trustee (the "Trustee") of the bankruptcy estates of TelexFree, LLC, TelexFree, Inc., and TelexFree Financial, Inc. (collectively, the "Debtors" or "TelexFree"), respectfully requests entry of an order fixing a bar date for the filing of proofs of claim pursuant to Rule 3003(c)(3) of the Federal Rules of Bankruptcy Procedure, fixing the form and manner of providing notice thereof, directing that all claims be filed electronically, and approving the content of electronic proofs of claim to be completed by claimants for filing claims in these cases.

In support of this motion (the "Motion"), the Trustee states as follows:

INTRODUCTION

As further set forth in the contemporaneously filed *Motion by Chapter 11 Trustee for Entry of Order Finding that Debtors Engaged in Ponzi and Pyramid Scheme and Related Relief* (the "Ponzi Scheme Motion"), the Debtors ostensibly operated a multi-level marketing company

engaged in the sale of voice over internet service ("VoIP Packages"), but the Debtors' operations were actually a massive Ponzi/pyramid scheme that could involve the largest number of Participants (as hereafter defined) of any reported Ponzi/pyramid scheme in United States history. The scheme appears to have involved as many as a million or more Participants from multiple countries who established approximately 11,000,000 accounts with the Debtors ("User Accounts"). The User Accounts reflected financial transactions with an aggregate value of approximately \$3,000,000,000 during the two years, approximately, of the Debtors' operation of their scheme.

The Trustee by this Motion seeks three principal forms of relief: (i) the establishment of a bar date ("Bar Date") for all creditors to file proofs of claim, including claims held by governmental units, which bar date shall be not less than ninety (90) days after the Trustee has provided notice that the portal hosting the electronic proof of claim process is operational; (ii) the approval of the form and manner of providing notice of the Bar Date, including electronic and public notice; and (iii) approval of the content of the electronic proof of claim to be filed by Participants (the "Participant ePOC") and the electronic proof of claim to be filed by all claimants other than Participants (the "Standard ePOC" and, together, the "ePOC's"), as the sole and exclusive method for all creditors to file claims in these cases.

In order to reconcile Participants' claims with the Debtors' electronic records, the proposed Participant ePOC requests that Participants (i) provide and/or confirm the same information that they were asked to provide when opening their User Accounts with the Debtors, and (ii) itemize and/or confirm payments Participants made to, and received from, the Debtors as well as payments Participants made to, and received from, other Participants in connection with the Debtors' sale of membership plans.

Subject to allowance of the Ponzi Scheme Motion, any claim or portion of claim of Participants based upon accumulated credits in Participants' User Accounts as of the Petition Date will be disallowed and claims will be determined on a 'net equity' basis. The Ponzi Scheme Motion also seeks a determination that the Debtors are joint tortfeasors and are jointly and severally liable for the claims of Participants. Subject to allowance of the Ponzi Scheme Motion, Participants shall only be required to file a single Participant ePOC, which will constitute a claim against each of the Debtors' estates.¹

I. JURISDICTION

1. The Court has jurisdiction over this matter pursuant to 28 U.S.C. §§157 and 1334.
2. This is a core proceeding pursuant to 28 U.S.C. §§157(b).
3. Venue of these cases and this Motion in this District is proper pursuant to 28 U.S.C. §1408.
4. The bases for the relief requested herein are 11 U.S.C. §§105(a), 501, and Federal Rules of Bankruptcy Procedure 2002, 3003, and 9009.

II. CASE BACKGROUND AND PROCEDURAL POSTURE

5. TelexFree, Inc. is a Massachusetts corporation that, prior to February 2012, was known as Common Cents Communications, Inc. ("Common Cents"). Common Cents was incorporated in 2002 by Carlos Wanzeler, James Merrill, and Steven Labriola. Upon information and belief, the shareholders of TelexFree, Inc. are Wanzeler and Merrill.

¹ A finding of joint and several liability for the claims of Participants does not effect a substantive consolidation of the Debtors' estates. Grounds may exist for the Trustee to seek substantive consolidation of the Debtors' estates and the Trustee reserves the right to seek same. In the event of substantive consolidation, Participants will be deemed to have a single claim against the consolidated estate.

6. TelexFree, LLC is a Nevada corporation that was incorporated by Wanzeler, Merrill, and Carlos Costa, a citizen of Brazil, in July 2012 and registered to do business in Massachusetts in April 2013. Upon information and belief, the members of TelexFree, LLC are Wanzeler and Merrill.

7. TelexFree Financial, Inc. is a Florida corporation formed in 2013. Upon information and belief, TelexFree Financial, Inc. is wholly owned by TelexFree, LLC.

8. In the late 1990s, Wanzeler and Merrill became sales agents for WorldxChange, a multi-level marketing company that sold inexpensive long-distance telephone service using sales agents to recruit other sales agents as well as customers. In 2002, Wanzeler, Merrill, and Labriola incorporated Common Cents as a vehicle for their sales efforts on behalf of WorldxChange. In 2003, the three individuals ceased working with WorldxChange after it was acquired by another company and discontinued the multi-level marketing program.

9. In early 2012, Wanzeler, Merrill, and Costa changed the name of Common Cents to TelexFree, Inc. apparently for the purpose of using a multi-level marketing platform to sell VoIP Packages. In July 2012, Wanzeler, Merrill, and Costa formed TelexFree, LLC, purportedly to handle TelexFree transactions outside Massachusetts. The Debtors commenced operating the pyramid scheme in the spring of 2012.

10. On April 13, 2014 (the "Petition Date"), each of the Debtors filed voluntary petitions for relief under Chapter 11 of the United States Bankruptcy Code ("Bankruptcy Code") with the United States Bankruptcy Court for the District of Nevada ("the Nevada Bankruptcy Court").

11. The Debtors initially operated as debtors-in-possession pursuant to Sections 1107 and 1108 of the Bankruptcy Code.

12. On the Petition Date, the Debtors filed a motion for joint administration of the cases, with TelexFree, LLC designated as the lead case. By order dated April 24, 2014, the order for joint administration was approved.

13. Prior to the filings, the Commonwealth of Massachusetts, Office of Secretary of State, Securities Division (“MSD”) commenced an investigation into the Debtors’ business practices.

14. On or about April 15, 2014, the MSD commenced an administrative proceeding against the Debtors. Also on April 15, 2014, the Securities and Exchange Commission (“SEC”) commenced an action against the Debtors and others in the United States District Court for the District of Massachusetts. The foregoing actions alleged, among other things, that the Debtors were engaged in an illegal Ponzi/pyramid scheme and the fraudulent unregistered offering of securities. Substantially contemporaneously with the commencement of the SEC action, Homeland Securities Investigation (“HSI”) seized substantially all of the Debtors’ assets, books, and records.

15. On or about April 22, 2014, the Office of the United States Trustee filed a motion for the appointment of a Chapter 11 Trustee based upon the allegations of illegal activity.

16. On April 23, 2014, the SEC filed a motion to transfer venue of the cases to the United States Bankruptcy Court for the District of Massachusetts (the “Court”). By order dated May 6, 2014, the motion to change venue was approved. The cases were transferred to the Court on May 9, 2014.

17. On May 30, 2014, this Court allowed the United States Trustee’s motion to appoint a Chapter 11 trustee, and the Trustee was appointed on June 6, 2014.

18. The Debtors filed a list of only the alleged thirty (30) largest creditors in the cases and did not file schedules or statements of financial affairs, nor a matrix of creditors. On February 27, 2015, the Trustee filed schedules of assets and liabilities and statements of financial affairs for each of the Debtors, using information obtained from documents produced pursuant to Rule 2004 examinations and Debtor records provided by the Federal Authorities (as defined below). Schedule F contains a list of only the user names and country code for Participants.

19. Wanzeler and Merrill were the principals of the Debtors as of the Petition Date. Costa was formerly a principal of the Debtors, at least until he allegedly assigned his interest in the fall of 2013. Shortly after the Trustee was appointed, the United States Department of Justice (“DOJ” and, together with the SEC and HSI, the “Federal Authorities”) indicted Wanzeler and Merrill based upon their involvement in the Debtors’ scheme. Wanzeler has fled the country and is believed to be in Brazil. Merrill was initially detained and has been released pending trial.

20. Prior to the Trustee’s appointment, the Nevada Bankruptcy Court established a bar date for the filing of prepetition claims. On July 2, 2014, the Trustee filed a motion to vacate (the “Motion to Vacate”) the bar date established prior to the transfer of venue. In support of the Trustee’s requested relief, the Motion to Vacate stated that the Trustee intended to develop a protocol for the filing and allowance of claims consistent with the circumstances of the cases, and that such protocol would include a new bar date, procedures for the noticing of the bar date and requirements for submission of claims. The Motion to Vacate was approved by order dated July 3, 2014.

21. The Trustee has retained Kurtzman Carson Consultants (“KCC”) as his claims agent. Even though no bar date has been established, approximately 60,000 proofs of claim, both electronic and hard copy, have been filed with either KCC or the Clerk of the Court

utilizing the standard form proof of claim. Participants have also submitted victim notification forms with the Federal Bureau of Investigation ("FBI") and/or with the Commonwealth of Massachusetts, Secretary of State ("SOS").

III. THE DEBTORS' SCHEME AND THE PONZI SCHEME MOTION

22. As set forth in greater detail in the Ponzi Scheme Motion, at the time of the Trustee's appointment, the Trustee did not have access to any of the Debtors' records and had little assistance from former employees. Through cooperation with Federal Authorities and a painstaking data recovery and analysis project, the Trustee and his advisors assembled a working version of the Debtors' highly complex database and SIG, the principal program that used the database to track Participant activity by User Account. As a result of the Trustee's investigation and review, the Trustee believes that the following factors support the relief requested herein.

23. The Debtors' Participant activity was consolidated with that of Ympactus Comercial, Ltda. ("Ympactus"), the Debtors' Brazilian affiliate that reportedly operated a substantially similar scheme and was shut down by Brazilian authorities in June 2013. In total, the records reflected approximately 17,000,000 User Accounts associated with approximately 2,000,000 Email Addresses. The Trustee was able to separate Debtor Participant activity from Ympactus based upon an analysis of currency and address data fields. As a result of this exercise, the Trustee determined that there are approximately 11,000,000 User Accounts associated with approximately 900,000 Email Addresses in the Debtors' scheme. The Trustee believes there is a valid basis to limit notice only to the Debtors' Participants as determined by the Trustee in accordance with the foregoing analysis.

24. Entrance into the scheme. Participants entered the scheme by purchasing membership plans and opening User Accounts. When opening a User Account, Participants

were directed to complete numerous fields of identifying data. A Participant could open a single User Account or could (and many Participants did) open hundreds or thousands of User Accounts. Participants interacted with the Debtors principally through electronic means, and each User Account was linked to an electronic mail address (“Email Address”). Although there are approximately 11,000,000 User Accounts, there are only 900,000 unique Email Addresses. Each of the 900,000 Email Addresses may represent a single Participant or may represent multiple Participants. Because it appears that some Participants utilized the Email Addresses of other Participants, the number of Participants is unknown but is likely in excess of 1,000,000. Because the Debtors used electronic means as the principal, if not exclusive, mode of communication with Participants, electronic noticing of the Bar Date is appropriate. In addition, a significant number of the names and mailing addresses contained in the User Accounts are clearly unusable for a variety of reasons, including the simple fact that no entries were made for this information by certain Participants, addresses are clearly incorrect (e.g., Rio de Janeiro, Ohio) and other similar reasons.

25. Mechanics of the scheme and typical transactions. Participants earned credits with TelexFree for placing meaningless advertisements on the internet and for recruiting other Participants to join the scheme, which could be redeemed for cash. Participants may also have accumulated credits by purchasing credits from other Participants or by receiving “manual” credits issued by the Debtors. The VoIP Packages were rarely used or sold to non-Participants. Invoices for the purchase of a membership plan or VoIP Package could be satisfied either by cash payment to the Debtors or by the use of accumulated credits from another User Account. A Participant could use credits in an existing User Account to open a new User Account for himself/herself, or could use credits in a User Account to satisfy the invoice of a newly recruited

Participant. In the latter case, the recruited Participant typically paid the invoice for the membership plan directly to the recruiting Participant, rather than to the Debtors. The proposed Participant ePOC requires Participants to itemize amounts paid to, and received from, the Debtors as well as amounts paid to, or received from, other Participants in connection with the Debtors' sale of membership plans.

26. Condition of Debtors' records. While the Trustee has not been able to verify all of the transaction activity in the 11,000,000 User Accounts, sample testing and reconciliation of data contained in SIG supports the accuracy of the transaction data contained therein. Some data fields entered by Participants, however, appear to be incomplete or inaccurate. The proposed Participant ePOC requires input of accurate data that was requested when a Participant opened a User Account, including user name, passcode, phone number, address, and taxpayer identification number. This information is necessary to verify Participant identity and reconcile Participants' claims with the Debtors' records.

27. Ponzi/Pyramid Scheme. The Debtors' operations constituted a massive Ponzi/pyramid scheme. The source of payment to Participants was, almost exclusively, the membership fees paid by later Participants. The VoIP Packages were rarely utilized. The Debtors promised unrealistic returns to Participants in exchange for the placement of meaningless advertisements, with no obligation to sell VoIP Packages. Subject to allowance of the Ponzi Scheme Motion, any claim or portion of claim of Participants based upon accumulated credits in Participants' User Accounts as of the Petition Date will be disallowed, and Participants' claims will be determined on a 'net equity' basis, that is, a netting of amounts paid into the scheme with amounts recovered from the scheme.

IV. CLAIM PROCESS

A. Summary of Claims Process

28. In designing the claims process, the Trustee has taken into account the foregoing matters, including the state of the Debtors' books and records, the fraud inherent in the Debtors' scheme, the unprecedented number of potential claimants, and the costs and time associated with the review and allowance of claims under a variety of different methods. With these considerations in mind, the Trustee requests that the Court approve the claims process as set forth below:

(i) Establish a Bar Date that is not less than ninety (90) days after the portal ("Portal") hosting the ePOC's is operational and the notice of the Bar Date (the "Bar Date Notice") has been served, and order that any claimant who does not file an ePOC through the Portal by the Bar Date shall not have an allowed claim and will not be entitled to participate in the distribution of funds by the Trustee;²

(ii) Authorize the Trustee to serve the Bar Date Notice, in the form attached hereto, (a) via electronic mail to Participants based upon available Email Addresses, (b) via regular mail to claimants who are not Participants and are listed on Schedules D, E, F, and G of the Debtors' schedule of liabilities, and to those Participants who filed a proof of claim with the Court or with KCC, or a victim notification form with the FBI³ on or before September 30, 2015 that did not provide an electronic mail address, and (c) via public notice on the Portal, the KCC website and the websites of certain multi-level marketing associations. Notices shall be provided in English, Spanish, and Portuguese;

² The Trustee will file the Bar Date Notice with the Court, identifying and establishing the Bar Date, after the Portal has become operational.

³ The Trustee requested victim notification data from the SOS but the SOS was not willing to provide this information to the Trustee.

(iii) Order that the submission of an ePOC shall be the sole and exclusive method of filing claims in these cases, approve the proposed content of the Standard ePOC to be filed by non-Participants, and approve the proposed content of the Participant ePOC to be filed by Participants.

B. Bar Date

29. Bankruptcy Rule 3003(c)(3) provides, in pertinent part, that "the court shall fix and for cause shown may extend the time within which proofs of claim or interest may be filed."

30. The establishment of a bar date will promote the expeditious administration of the Debtors' estates. Complete and accurate information as to the nature, validity, and status of claims against the Debtors' estates is necessary to ensure the orderly progression of the Chapter 11 cases and the claims resolution process.

31. A Bar Date that is not less than ninety (90) days after the Bar Date Notice has been served will provide adequate time for creditors to file claims.

32. Claimants other than Participants, such as governmental agencies and trade creditors, will be required to submit a Standard ePOC on or before the Bar Date unless they fall within a limited range of exceptions, as enumerated below:

(a) Any person or entity whose claim is listed on the Debtors' schedules of liabilities provided that (i) the claim is not scheduled as "disputed," "contingent" or "unliquidated"; and (ii) the holder of such claim does not disagree with the amount, nature, and priority of such claim as set forth in the schedules;

(b) Any person or entity whose claim arises from the rejection of an unexpired lease or executory contract, in which case the holder of the claim shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days after the entry of an order authorizing the rejection of the unexpired lease or executory contract;

(c) Any person or entity whose claim is newly listed as contingent, unliquidated or disputed in any amendment to the schedule of liabilities filed after the date of the order approving this motion, in which case the holder of the claim

shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days following the filing of the amended schedules.

(d) Any holder of a claim that heretofore has been allowed by order of this Court;

(e) Any person or entity whose claim has been paid in full by the Debtors or the Trustee;

(f) Any holder of a claim for which specific deadlines have previously been fixed by this Court and remain in effect;

(g) Any holder of a claim allowable under § 503(b) and § 507(a) of the Bankruptcy Code as an expense of administration, except that claims under §503(b)(9) shall be filed by the deadline established by the Massachusetts Local Bankruptcy Rules.

33. The foregoing exclusions apply only to non-Participants. Participants will be required to submit a Participant ePOC on or before the Bar Date, without exception.

C. Approval of Form and Manner of Bar Date Notice

34. Electronic notice of the Bar Date Notice is appropriate because of the extraordinary number of Participants in the United States and throughout the world, the condition of the Debtors' records respecting Participants' contact information, and the enormous costs and difficulties associated with attempting to serve the Bar Date Notice by regular mail.

35. The Trustee proposes that the Bar Date Notice will be provided to the Participants (a) electronically via the Email Addresses, and (b) by regular mail notice, by United States postal delivery or international equivalent, to claimants other than the Participants who are listed on Schedules D, E, F, and G of the Debtors' schedules, and to those Participants who filed claims with KCC or the Court, or victim notification forms with the FBI, on or before September 30, 2015 that did not include an electronic mail address. The Bar Date Notice will be provided to Participants, on the KCC website, and on the Portal in English, Spanish, and Portuguese. The

Trustee will also provide public notice of the Bar Date Notice in the following online multi-level marketing websites: *behindmlm.com*, *theponzibook.blogspot.com* and *Ponzitracker.com*.

D. Content of Electronic Proofs of Claim

36. The filing of electronic proofs of claim as the sole and exclusive method of filing claims is appropriate. Electronic filing of claims will ensure that Participant information is consistent as to content and format and will enable claims information to be reconciled with the Debtors' electronic records. Unless a uniform, electronic process for filing and review of claims is established, the process for reviewing and resolving claims will be unduly protracted and prohibitively expensive.

37. The Standard ePOC will contain substantially the same content as the official form B10 proof of claim and is appropriate for use by claimants other than Participants.

38. The proposed Participant ePOC is appropriate because it will request that Participants provide and confirm data in a format that will be consistent and will enable reconciliation against the Debtors' electronic records.

39. Bankruptcy Rule 9009 provides that official forms "shall be observed and used with alterations as may be appropriate." Thus the Court has the authority to approve modifications of proof of claim Form 10 where appropriate. *In re A.H. Robins Co.*, 862 F.2d 1092 (4th Cir. 1988).

40. In addition to providing a Participant with basic information about the claims process, establishing a Portal registration process, and requiring that the claim be attested to, the Participant ePOC will request that a Participant:

- (i) provide his/her current contact information, including physical address, electronic mail address, and phone number;

- (ii) provide and/or confirm personal or business name(s), address(es), phone number(s), Email Address(es), taxpayer identification number(s), User Account name(s), password(s), and bank account information that were utilized by the Participants when establishing the User Account(s);
- (iii) itemize and/or confirm all payments made by a Participant to the Debtors and all payments received by a Participant from the Debtors;
- (iv) itemize and/or confirm all payments made by a Participant to other Participants in connection with the purchase of a membership plan, and all payments made to the Participant by other Participants in connection with the purchase of a membership plan.

E. Basis for Requested Relief

41. Establishment of the Bar Date, approval of the proposed Bar Date Notice and service thereof, approval of the content of ePOC's, and authorization for the Trustee to establish ePOC's consistent with the content in the Motion are all designed specifically to address the unique circumstances of these cases. In devising this claims process, the Trustee conferred with his advisors and other principal constituencies in these cases and undertook an analysis of the data that is available from the Debtors' books and records and the types of transactions in which Participants commonly engaged.

42. The establishment of the Bar Date not less than ninety (90) days after service of the Bar Date Notice is appropriate as it will provide Participants and other claimants with adequate time to submit their ePOC's.

43. The form of the Bar Date Notice and the proposed procedures for providing notice of the Bar Date Notice are appropriate.

44. The proposed content of the ePOC's is necessary and appropriate.

45. The proposed procedures take into significant consideration the due process concerns of claimants. Due process requires "notice reasonably calculated, under all the circumstances, to apprise interested parties of the pendency of the action and afford them an opportunity to present their objections. The notice must be of such nature as reasonably to convey the required information, and it must afford a reasonable time for those interested to make their appearance." *In re Arch Wireless, Inc.*, 534 F.3d 76 (1st Cir. 2008).

46. Parties who can be identified from the Debtors' records or from claims filed with reliable contact information, will be provided direct notice of the Bar Date Notice, either by electronic mail (as to Participants with Email Addresses in the Debtors' records) or by regular mail (as to non-Participant creditors and Participants who filed claims with KCC or the Court or victim notification forms with the FBI on or before September 30, 2015 that did not provide an electronic mail address), since known creditors are entitled to receive direct notice to the extent possible. *Arch Wireless*, 534 F.3d at 80.

47. The principal reliance upon electronic notice of the Bar Date is both appropriate and necessary. Bankruptcy courts have authorized notice via electronic mail where appropriate under the circumstances. *See In re Natural Products Group, LLC*, case no. 10-10239-BLS (Bankr. D. Del. 2010)(court authorized service of pleadings and notices electronically upon approximately 2,000,000 independent consultants in multi-level marketing case); *In re VarTec Telecom, Inc.*, case no. 04-81694-SAF-11 (Bankr. N.D. Tex. 2004)(authorization to serve pleadings electronically on 130,000 independent representatives in multi-level marketing business). Similarly, electronic notice has been found to comport with requirements of due process in many federal, nonbankruptcy cases. *See, e.g., Securities and Exchange Commission*

v. Rex Venture Group, LLC, d/b/a ZeekRewards.com and Paul Burks, case no. 3:12-cv-519 (W.D.N.C. 2013)(court authorized electronic notice of claims process to upwards of one million participants in multi-level pyramid scheme); *Browning v. Yahoo Inc.*, 2007 WL 4105971 (N.D. Cal. Dec. 27, 2006) (finding that electronic mail notice and publication notice was adequate for members of a class in a class action settlement); *Rio Properties, Inc. v. Rio Int'l Interlink*, 284 F.3d 1007, 1016 (9th Cir. 2002) (finding service of a complaint via electronic mail valid); *RPost Holdings, Inc. v. Kagan*, 2012 WL 194388, at *2 (E.D.Tex. Jan. 23, 2012) (electronic notice of complaint authorized); *Liberty Media Holdings, LLC v. Vinigay.com*, 2011 WL 810250, at 2-5 (D. Ariz. Mar.3, 2011) (same).

48. To the extent that service upon Email Addresses does not provide notice to Participants, public notice on the KCC website, the Portal, and multi-level marketing websites serves as appropriate constructive notice under the circumstances.

49. The proposed notification procedures are well tailored to provide notice to likely claimants in a cost effective manner, are in accord with the requirements of due process, and should be approved by the Court.

50. The content of the Participant ePOC is essential for the administration of the claims process. The current address and contact information is essential to provide notices in the case and to make distributions. Email Addresses and other information used when opening User Accounts with the Debtors is necessary to identify Participants' User Accounts and to verify claims against the Debtors. Information respecting payments to and from the Debtors and by and between Participants respecting the purchase of membership plans and VoIP Packages is relevant to determining Participants' claims against the estates. Finally, the attestation and acknowledgement is required by Official Form 10; 28 U.S.C. § 2073; *Guide to Judiciary Policy*,

Vol. 1, § 440; Fed. R. Bankr. P. 9009; Fed. R. Bankr. P. 3001(a); 18 U.S.C. §§ 152, 157, and 3571 and will serve as a deterrent to claims fraud.

51. The electronic filing of the ePOC's is appropriate because it serves as an essential role in controlling costs and accelerating distributions to creditors through streamlined administrative procedures. The cost of attempting to manually compare amounts asserted in potentially millions of physical proofs of claim against the Debtors' records is incalculable, particularly given the number of transactions that may be associated with any particular claim. The ePOC ensures that data will be presented in a format that can be sorted and analyzed electronically and that all Participants provide data in a common, readable format. Given the extraordinary number of potential claimants, electronic filing of the claims is the only practical alternative for an efficient and cost effective administration of the claims process in these cases.

52. Other than as allowed herein, the timely submission of the ePOC's should be the exclusive means for claimants to participate in a distribution of funds by the Trustee or other estate representative. Previous submissions of claims to KCC or the Court or victim notification forms to the FBI or SOS are insufficient to be recognized as proofs of claim, and should be disallowed, for several reasons, including the lack of essential Participant information and User Account activity that needs to be reconciled against the Debtors' records. Even if the required data was included in prior submissions, the earlier submissions were not electronic and were not presented in a consistent format that can be easily uploaded and compared to other available information. Finally, the victim notification forms submitted to the FBI do not contain the attestations required by Official Form 10; 28 U.S.C. § 2073; *Guide to Judiciary Policy*, Vol. 1, § 440; Fed. R. Bankr. P. 9009; Fed. R. Bankr. P. 3001(a); 18 U.S.C. §§ 152, 157, and 3571.

53. Subject to allowance of the Ponzi Scheme Motion, (i) any claim or portion of claim of Participants based upon accumulated credits in Participants' User Accounts as of the Petition Date will be disallowed, (ii) Participant claims will be determined on a net equity basis, and (iii) Participants need only file one claim which shall constitute a claim against each of the Debtors. Non-Participants will be required to file a separate Standard ePOC for each Debtor against which they assert a claim.

54. The Bar Date Notice should contain a provision that failure to completely and accurately respond to all of the data requests contained in the Participant ePOC may constitute grounds for disallowance of a claim.

F. Deferral of Claims Determination Issues/Reservation of Rights

55. The development of the content of the ePOC's is necessary to the administration and determination of claims. The electronic noticing of the Bar Date Notice and electronic filing of ePOC's is the only practical method of administering a claims process in these cases. Any other alternative would be prohibitively expensive, thereby reducing the available funds for distribution, and would unduly delay the resolution of claims and the ultimate distribution of funds to creditors. The claims process should not impose any undue burden upon Participants. In fact, the electronic process is in many respects less burdensome than the submission of hard copy proofs of claim because Participants will not incur mailing or copying costs.

56. The Trustee expressly reserves all rights, claims, and defenses. Other than the disallowance of claims for accumulated credits, no rulings are sought respecting the components of an allowable claim.

V. NOTICE

57. The Trustee proposes to serve this Motion upon the Debtors' list of the thirty (30) alleged largest unsecured creditors, the Office of the United States Trustee, and all parties having filed notices of appearance. The Trustee requests that such notice be deemed sufficient for the relief requested.

WHEREFORE, the Trustee respectfully requests that this Court enter an Order in the form attached hereto as Exhibit "A" hereto:

- (i) Establishing a Bar Date not less than ninety (90) days after the Portal is operational and the Bar Date Notice has been served;
- (ii) Approving the content of the ePOC's as set forth herein and authorizing the Trustee to establish the Portal and to design and implement the ePOC's substantially consistent with the content as set forth in the Motion;
- (iii) Approving the Bar Date Notice, in the form attached hereto as Exhibit "B" hereto, and the manner of service as set forth herein, including to those Participants identified as being involved in the Debtors' scheme based upon currency data fields in SIG;
- (iv) Directing that the claim filing process will be exclusively electronic and directing Participants and other claimants to file an ePOC on the Portal, including completion of all data fields, and ordering that a Participant's failure to provide data requested in the Participant ePOC may constitute grounds for disallowance of the claim;
- (v) Finding that previously filed claims with KCC or the Court, or victim notification forms submitted to the FBI and SOS, shall not constitute valid

and timely filed proofs of claim, and that the ePOC filing process set forth herein shall be the exclusive method of submitting a claim against the Debtors' estates; and

(vi) Granting such other and further relief as this Court finds just and proper.

STEPHEN B. DARR,
CHAPTER 11 TRUSTEE,

By his attorneys,

/s/ Andrew G. Lizotte

Harold B. Murphy (BBO #362610)
Andrew G. Lizotte (BBO #559609)
Murphy & King, Professional Corporation
One Beacon Street
Boston, MA 02108
Telephone: (617) 423-0400
Facsimile: (617) 423-0498
Email: ALizotte@murphyking.com

Dated: October 7, 2015
695591

EXHIBIT A

UNITED STATES BANKRUPTCY COURT
DISTRICT OF MASSACHUSETTS
CENTRAL DIVISION

)	
In Re:)	
)	Chapter 11
)	
TELEXFREE, LLC ,)	Case No. 14-40987-MSH
TELEXFREE, INC.,)	Case No. 14-40988-MSH
TELEXFREE FINANCIAL, INC.,)	Case No. 14-40989-MSH
)	
Debtors.)	Jointly Administered
)	

ORDER ON MOTION BY CHAPTER 11 TRUSTEE FOR ENTRY OF ORDER FIXING BAR DATE FOR FILING PROOFS OF CLAIM, APPROVING FORM AND MANNER OF PROVIDING NOTICE, DIRECTING THAT CLAIMS BE FILED ELECTRONICALLY, AND APPROVING CONTENT OF ELECTRONIC PROOFS OF CLAIM

A hearing having been held on this ___ day of _____, 2015 on the Motion by Stephen B. Darr, the duly appointed Chapter 11 trustee (the "Trustee") of the bankruptcy estates of TelexFree, LLC, TelexFree, Inc., and TelexFree Financial, Inc. (collectively, the "Debtors" or "TelexFree") for Entry of an Order Fixing Bar Date for Filing Proofs of Claim, Approving form and Manner of Providing Notice, Directing that Claims be Filed Electronically, and Approving Content of Electronic Proofs of Claim (the "Motion"), all parties-in-interest having been heard and due cause appearing therefore, it is hereby ORDERED that:

- 1. The Motion is approved.

I. Bar Date

2. Except as otherwise provided herein, all persons and entities (including, without limitation, individuals, partnerships corporations, joint ventures, trusts, and governmental units) that assert a claim, as defined in § 101(5) of the Bankruptcy Code (each a "Claim"), against the Debtors which arose on or prior to the filing of the Chapter 11 petitions on April 13, 2014 (the

“Petition Date”) shall file a proof of such Claim in accordance with the procedures set forth below.

3. The deadline for all creditors to file claims (the “Bar Date”) is not less than ninety (90) days after the portal (“Portal”) hosting the electronic proofs of claim (“ePOC’s”) is operational and the notice of the Bar Date (the “Bar Date Notice”) has been served as set forth herein.

II. Form and Manner of Notice

4. The Bar Date Notice, in the form attached hereto, is hereby approved.

5. The Trustee shall serve the Bar Date Notice as follows:

- (a) via electronic mail to Participants based upon available electronic mail addresses (“Email Addresses”) of Participants,
- (b) via regular mail, or international equivalent, to claimants who are not Participants and are listed on Schedules D, E, F, and G of the Debtors’ schedules of liabilities, and to those Participants who filed a proof of claim with the Court or with Kurtzman Carson Consultants (“KCC”), or a victim notification form with the Federal Bureau of Investigation (“FBI”), on or before September 30, 2015 that did not provide an electronic mail address,
- (c) via public notice on the Portal, and the KCC website; and
- (d) Via the multi-level marketing websites *behindmlm.com* and *Ponzitracker.com*.

6. The notices referenced in 5(a) through 5(c) above shall be provided, in their entirety, in Spanish and Portuguese, in addition to English. The notices referenced in 5(d) may be abbreviated and in English only, at the discretion of the Trustee.

7. For purposes of identifying and segregating those Participants who may be part of the Debtors' scheme, as opposed to Ympactus Comercial Ltda., and that are entitled to notice herein, the Trustee may rely upon the currency and country code data fields in the Debtors' books and records, as set forth in the Motion.

8. The foregoing provides due and adequate notice to claimants of the Bar Date and the claims procedures approved herein.

III. ePOC's

9. All creditors, other than Participants, shall be required to submit an ePOC containing substantially the same information as official proof of claim form B10 (the "Standard ePOC") on or before the Bar Date unless they fall within one of the exceptions enumerated below:

(a) Any person or entity whose claim is listed on the Debtors' schedules of liabilities provided that (i) the claim is not scheduled as "disputed," "contingent" or "unliquidated"; and (ii) the holder of such claim does not disagree with the amount, nature, and priority of such claim as set forth in the schedules;

(b) Any person or entity whose claim arises from the rejection of an unexpired lease or executory contract, in which case the holder of the claim shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days after the entry of an order authorizing the rejection of the unexpired lease or executory contract;

(c) Any person or entity whose claim is newly listed as contingent, unliquidated or disputed in any amendment to the schedule of liabilities filed after the date of the order approving this motion, in which case the holder of the claim shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days following the filing of the amended schedules.

(d) Any holder of a claim that heretofore has been allowed by order of this Court;

(e) Any person or entity whose claim has been paid in full by the Debtors or the Trustee;

(f) Any holder of a claim for which specific deadlines have previously been fixed by this Court and remain in effect;

(g) Any holder of a claim allowable under § 503(b) and § 507(a) of the Bankruptcy Code as an expense of administration, except that claims under §503(b)(9) shall be filed by the deadline established by the Massachusetts Local Bankruptcy Rules.

10. The foregoing exclusions apply only to non-Participants. Participants will in all instances be required to submit an ePOC in a form to be devised by the Trustee and having content substantially as set forth in the Motion (the "Participant ePOC") on or before the Bar Date.

11. The content of the ePOC's is approved and the Trustee is authorized to establish a Portal for the electronic submission of ePOC's and to design and implement ePOC's substantially consistent with the content set forth in the Motion.

12. Participants are directed to provide all information requested in the Participant ePOC, and the failure to provide data requested in the Participant ePOC may constitute grounds for disallowance of the claim.

13. Participants need file only a single Participant ePOC, which shall constitute a proof of claim against each of the Debtors.

14. Non-Participants must file a Standard ePOC as to each Debtor against which they assert a claim.

15. Submission of an ePOC through the Portal shall be the sole and exclusive method of filing claims in these cases. Any claims previously filed or hereinafter filed that do not comply with the ePOC process set forth herein shall be disallowed without further order of the Court, including any proofs of claim previously filed with KCC or the Court and any victim notification forms submitted to the FBI or to the Massachusetts Secretary of State.

16. The Trustee expressly reserves all rights, claims, and defenses with respect to any ePOC's filed.

17. Pursuant to Bankruptcy Rule 3003(c)(2), if the holder of a Claim against the Debtors is required to file an ePOC through the Portal on or before the Bar Date but fails to do so: (a) such holder will be forever barred, estopped, and enjoined from asserting its Claim against the Debtors or their bankruptcy estates (or filing an ePOC with respect thereto), (b) the Debtors and their property will be forever discharged from any and all indebtedness or liability with respect to such Claim, (c) such holder will be barred from voting to accept or reject any chapter 11 plan or participate in any distribution in the Debtors' chapter 11 cases or in any subsequent Chapter 7 cases on account of such Claim, and (d) the Trustee will not be required to provide such holder with further notices with respect to such Claim.

18. The Trustee is authorized and empowered to take such steps and perform such acts as may be necessary to implement and effectuate the terms of this Order.

19. Entry of this Order is without prejudice to the right of the Trustee to seek a further order of this Court fixing a date by which holders of Claims not subject to the Bar Date established herein must file proofs of claim or be barred from doing so.

20. Entry of this Order is without prejudice to the Trustee's rights to request substantive consolidation of the Debtors' estates.

Hon. Melvin S. Hoffman
Chief United States Bankruptcy Judge

Dated: _____
695643

EXHIBIT B

such Claim is not now fixed, liquidated, or certain or did not mature or become fixed, liquidated or certain before the Petition Date.

Under section 101(5) of the Bankruptcy Code and as used in this Notice, the word “Claim” means: (a) a right to payment, whether or not such right is reduced to judgment, liquidated, unliquidated, contingent, matured, unmatured, disputed, undisputed, legal, equitable, secured, or unsecured; or (b) a right to an equitable remedy for breach of performance if such breach gives rise to a right to payment, whether or not such right to an equitable remedy is reduced to judgment, fixed, contingent, matured, unmatured, disputed, undisputed, secured, or unsecured. As used in this Notice, the term “Schedules” means schedules of assets and liabilities filed by the Debtors, as they may have been amended, pursuant to Federal Rule of Bankruptcy Procedure 1007.

2. WHAT TO FILE

If you were a Participant in the Debtors’ scheme (that is, you purchased a TelexFree membership plan or VoIP package), you must file the electronic proof of claim specifically designated for Participants (the “Participant ePOC”) through the Portal on or before the Bar Date. Detailed instructions for completing the Participant ePOC are included in the Portal.

If you were not a Participant, you must file a claim using the standard electronic proof of claim (the “Standard ePOC”) through the Portal on or before the Bar Date. Detailed instructions for completing the Standard ePOC are included in the Portal. [The Participant ePOC and Standard ePOC are referred to together as the “ePOC’s”].

All ePOC’s must be signed by the holder of such Claim or, if the holder of such Claim is not an individual, by an authorized agent of the holder of such Claim. It must be completed in English and be denominated in United States currency.

3. WHEN AND WHERE TO FILE

Except as provided for herein, all Proofs of Claim must be filed so as to be received through the Portal on or before _____.

The address for the Portal is _____.

All Proofs of Claim will be deemed filed only when an ePOC is received by the Portal on or before the Bar Date. No Proofs of Claim may be delivered by regular mail or facsimile. No Proofs of Claim should be filed with the Court.

4. WHO NEED NOT FILE A PROOF OF CLAIM

Participants: All Participants must file a Participant ePOC on or before the Bar Date. Participants need file only a single Participant ePOC, which shall constitute a claim against each of the Debtors.

Non-Participants: Creditors who are not Participants must file a Standard ePOC on or prior to the Bar Date unless the creditor is one of the following:

- (a) Any person or entity whose claim is listed on the Debtors’ schedules of liabilities provided that (i) the claim is not scheduled as “disputed,” “contingent” or “unliquidated”; and (ii) the holder of such claim does not disagree with the amount, nature, and priority of such claim as set forth in the schedules;

(b) Any person or entity whose claim arises from the rejection of an unexpired lease or executory contract, in which case the holder of the claim shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days after the entry of an order authorizing the rejection of the unexpired lease or executory contract;

(c) Any person or entity whose claim is newly listed as contingent, unliquidated or disputed in any amendment to the schedule of liabilities filed after the date of the order approving this motion, in which case the holder of the claim shall file a proof of claim by the later of (a) the Bar Date, and (b) thirty days following the filing of the amended schedules.

(d) Any holder of a claim that heretofore has been allowed by order of this Court;

(e) Any person or entity whose claim has been paid in full by the Debtors or the Trustee;

(f) Any holder of a claim for which specific deadlines have previously been fixed by this Court and remain in effect;

(g) Any holder of a claim allowable under § 503(b) and § 507(a) of the Bankruptcy Code as an expense of administration, except that claims under §503(b)(9) shall be filed by the deadline established by the Massachusetts Local Bankruptcy Rules.

5. CONSEQUENCES OF FAILURE TO FILE AN EPOC BY THE BAR DATE OR FAILURE TO COMPLETE THE EPOC

THE FILING OF AN EPOC ELECTRONICALLY THROUGH THE PORTAL IS THE ONLY VALID MEANS OF SUBMITTING A PROOF OF CLAIM AGAINST THE DEBTORS. UNLESS YOU ARE EXCEPTED FROM FILING AN EPOC BY SECTION 4 ABOVE, YOU MUST FILE AN EPOC ON OR BEFORE THE BAR DATE. ANY PARTY THAT FAILS TO TIMELY FILE AN EPOC ON THE PORTAL ON OR BEFORE THE BAR DATE WILL BE BARRED FROM ASSERTING SUCH CLAIM AGAINST THE DEBTORS OR THEIR BANKRUPTCY ESTATES, AND FROM PARTICIPATING IN ANY DISTRIBUTION OF FUNDS IN THESE CASES ON ACCOUNT OF SUCH CLAIM. CLAIMS PREVIOUSLY FILED WITH KURTZMAN CARSON CONSULTANTS, LLC OR THE COURT, OR VICTIM NOTIFICATION FORMS SUBMITTED TO THE FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION OR MASSACHUSETTS SECRETARY OF STATE, WILL NOT BE CONSIDERED ALLOWED CLAIMS. PARTICIPANTS MUST COMPLETE ALL DATA REQUESTS ON THE PARTICIPANT EPOC, AND FAILURE TO DO SO MAY RESULT IN DISALLOWANCE OF THE CLAIM.

**6. THE DEBTOR'S SCHEDULES AND ACCESS THERETO
[THIS SECTION IS NOT APPLICABLE TO PARTICIPANTS]**

You may be listed as the holder of Claim against the Debtors on the Schedules. If you rely on the Schedules, it is your responsibility to determine that your Claim is accurately listed on the Schedules.

If you agree with the nature, amount, and status of your Claim in the Schedules, and if your Claim is not described as “disputed,” “contingent,” or “unliquidated,” you need not file a Standard ePOC.

Otherwise, or if you decide to file a Standard ePOC with respect to such Claim, you must do so before the Bar Date in accordance with the Order.

Copies of the Schedules are available at the Bankruptcy Court's internet website- www.mab.uscourts.gov. A login and password to the Court's Public Access to Electronic Court Records ("PACER") are required to access this information and can be obtained through the PACER Service Center- www.pacer.psc.uscourts.gov. Copies of the Schedules may also be examined between the hours of 9:00 A.M. and 4:00 P.M., Monday through Friday at the Office of the Clerk of the Bankruptcy Court, located at the Harold Donohue Federal Building and Courthouse, 595 Main Street, Worcester, MA 01608.

Respectfully Submitted,
STEPHEN B. DARR,
CHAPTER 11 TRUSTEE,
By his counsel,

/_____
Andrew G. Lizotte (BBO #559609)
MURPHY & KING, P.C.
One Beacon Street
Boston, MA 02108-3107
Telephone: (617) 423-0400
Facsimile: (617) 423-0498
ALizotte@murphyking.com

Dated: _____
694351